



Instituto Universitário de Lisboa

O PERFIL DA INVESTIGAÇÃO EM FISCALIDADE
NOS ANOS 2015 E 2016

Yolimar Pereira Vieira

Dissertação de Mestrado em Contabilidade

Orientador:

Prof. Doutor Paulo Jorge Varela Lopes Dias, Prof. Auxiliar, ISCTE Business School,
Departamento de Contabilidade, UNIDE-IUL

outubro 2017

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à minha amiga Márcia Baptista e ao meu colega Inácio Caldeira pelo apoio que me deram nesta fase. Agradeço também à minha entidade patronal na pessoa do Sr. Carlos Rodrigues Arraiol, por autorizar a realização desta Dissertação e a respetiva pesquisa em horário laboral facultando o material.

Aos meus pais que estiveram presentes apoiando-me nas tarefas domésticas e em tantas outras para que eu pudesse elaborar este projeto.

Aos meus irmãos, amigos e familiares pelo apoio, palavras de confiança transmitidas durante o processo de formação.

Os últimos são sempre os primeiros e assim agradeço ao meu Orientador Professor Paulo Dias pelo principal incentivo através da escolha do tema para esta Dissertação, pelas bases científicas facultadas para desenvolvimento da pesquisa. O seu apoio foi fundamental, sem ele isto não teria sido possível!

Muito obrigada!

RESUMO

A análise dos estudos empíricos publicados no *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, International Tax and Public Finance, The Journal of the American Taxation Association, Tax Policy and the Economy, eJournal of Tax Research, e National Tax Journal*, durante os anos 2015 e 2016 foi o objetivo principal deste projeto, mediante a caracterização da investigação em fiscalidade, analisando um conjunto de características inerentes aos investigadores e ao conteúdo dos artigos publicados nos temas de *Taxation, Corporate Tax, Tax Incentive, Tax Avoidance/Evasion, Book-Tax Difference (BTD), Tax Competition, Tax Compliance e Public Finance*. Neste âmbito, foram selecionadas e analisadas as variáveis: ano de publicação, autor, instituição e continente de afiliação dos autores, tipo de autoria, temáticas mais investigadas, tipo de estudo e método de recolha de dados dos artigos em estudo.

Foi também possível verificar que entre os anos 2015 e 2016, o número de artigos, nas temáticas em análise, apresentou um ligeiro aumento (2%), sendo que a revista *National Tax Journal* apresentou o maior aumento (11%).

Os resultados exibidos ostentaram que das áreas em estudo, as mais pesquisadas foram *Taxation* (43,3%), *Corporate Tax* (11,1%) e *Public Finance* (11,1%). Quando comparadas por revista, na generalidade o perfil manteve-se face à *Taxation*. Relativamente ao perfil dos investigadores, na generalidade, optaram mais por trabalhar de forma coletiva (74%), sendo que a média de autores por artigo foi de 2. Apenas o *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* e *Tax Policy and the Economy* denotaram uma média de 3 autores por artigo. A maioria dos investigadores era de origem americana (Estados Unidos da América), isto é, do continente da América do Norte e afiliados em universidades.

Palavras-chave: investigação, fiscalidade, revistas, afiliação

ABSTRACT

The analysis of empirical studies published in the Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, International Tax and Public Finance, The Journal of the American Taxation Association, Tax Policy and the Economy, eJournal of Tax Research, and National Tax Journal during the years 2015 and 2016 was the main objective of this project, through the characterization of tax research, analyzing a set of inherent characteristics to researchers and to the content of articles published in issues of Taxation, Corporate Tax, Tax Incentive, Tax Avoidance/Evasion, Book-Tax Difference (BTD), Tax Competition, Tax Compliance and Public Finance. In this context, were selected and analyzed the variables: year of publication, author, institution and affiliation of authors continent, by type, more thematic investigated, type of study and data collection method of the articles under consideration.

It was possible to verify that between the years 2015 and 2016, the number of articles, on topics in analysis, showed a slight increase (2%), and the National Tax Journal magazine showed the largest increase (11%).

The results displayed in study areas that held, the most studied were Taxation (43.3%), Corporate Tax (11.1%) and Public Finance (11.1%). When compared by magazine, in general the profile remained with regard to Taxation. Regarding the profile of researchers, in General, have chosen more by working collectively (74%), and the average per-article authors was 2. Only the Journal of International Accounting, Auditing and Taxation and Tax Policy and the Economy presented an average of 3 authors per article. Most of the researchers was of American origin (United States of America), that is, the continent of North America and affiliates in universities.

Keywords: research, taxation, journals, author affiliation

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
ÍNDICE GERAL	iv
ÍNDICE DE TABELAS	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	vii
1.INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Objetivos do estudo	1
1.2 Justificação do tema.....	1
1.3. Metodologia.....	2
1.4. Estrutura da dissertação	3
2. REVISÃO DE LITERATURA	3
3. METODOLOGIA.....	11
3.1. Tipo de estudo.....	11
3.2. População e Amostra	11
3.3. Método de Recolha de dados	12
3.4. Definição de variáveis do estudo	12
3.5. Procedimento de recolha de dados.....	16
3.6. Tratamento estatístico de dados	17
4. RESULTADOS	18
4.1. Perfil dos artigos	18
4.1.1. Revistas.....	18
4.1.2. Temas.....	20
4.1.3. Método de recolha de dados	22
4.2. Perfil dos Investigadores.....	24

O Perfil da Investigação em Fiscalidade

4.2.1 N.º de Investigadores e tipo de autoria	24
4.2.2. Investigadores por revista	25
4.2.3. Investigadores por tema	26
4.2.4 Afiliação geográfica.....	27
4.2.5. Afiliação por entidade.....	29
4.2.6. Afiliação por entidade e tema	30
4.2.7. Afiliação por entidade e método de recolha de dados	31
5. CONCLUSÃO.....	31
5.1. Limitações do estudo	33
5.2. Sugestões para investigações futuras	33
6. BIBLIOGRAFIA	34

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela N.º 1 – Quadro Operacional de variáveis	13
Tabela N.º 2 – Distribuição de artigos pesquisados por revistas e ano (n,%).	19
Tabela N.º 3 – Distribuição de artigos pesquisados por tema e ano (n, %).	21
Tabela N.º 4 – Distribuição de artigos pesquisados por método de recolha de dados e ano (n,%).	23
Tabela N.º 5 – Distribuição de artigos pesquisados pelo nº de investigadores e por ano (n,%).	25
Tabela N.º 6 – Distribuição dos artigos e investigadores por revista no ano de 2015 e 2016.	26
Tabela N.º 7 – Distribuição dos artigos e investigadores por tema no ano de 2015 e 2016.	26
Tabela N.º 8 – Distribuição dos investigadores afiliados por continente e por ano (n,%). ..	28
Tabela N.º 9 – Distribuição dos investigadores afiliados por continente e por país no ano de 2015 e 2016 (n,%).	28
Tabela N.º 10 – Distribuição dos investigadores afiliados por entidade e por ano (n,%). ..	30
Tabela N.º 11 – Distribuição dos investigadores afiliados por entidade e tema de 2015 e 2016 (n,%).	30
Tabela N.º 12 – Distribuição dos investigadores afiliados por entidade e método de recolha de dados nos anos de 2015 e 2016 (n,%).	31

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição de artigos pesquisados (%) por revistas no ano de 2015 e 2016. ...	18
Figura 2 – Evolução dos artigos pesquisados por revista e ano.	19
Figura 3 – Distribuição de artigos pesquisados (%) por tema no ano de 2015 e 2016.....	20
Figura 4 – Evolução de artigos pesquisados por tema e ano.	21
Figura 5 – Distribuição de artigos pesquisados (%) por método de recolha de dados no ano de 2015 e 2016.....	22
Figura 6 – Evolução de artigos pesquisados por método de recolha de dados e ano.....	23
Figura 7 – Distribuição de artigos pesquisados (%) pelo nº de investigadores no ano de 2015 e 2016.	24
Figura 8 – Evolução de artigos pesquisados pelo nº de investigadores e por ano.....	25
Figura 9 - Continente de afiliação dos autores nos anos de 2015 e 2016.....	27
Figura 10-Entidade de afiliação dos investigadores nos anos de 2015 e 2016.....	29

LISTA DE ABREVIATURAS

BTD – *Book-Tax Difference*

JIAAT- *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*

ITPF-*International Tax and Public Finance*

JATA-*The Journal of the American Taxation Association*

TPE-*Tax Policy and the Economy*

eJTR- *eJournal of Tax Research*

NTJ-*National Tax Journal*

1.INTRODUÇÃO

1.1. Objetivos do estudo

O objetivo principal deste estudo é a caracterizar a investigação efetuada em fiscalidade através da análise e revisão de artigos que foram publicados em algumas das revistas científicas mais valorizadas nesta área, durante os anos 2015 e 2016, por forma a conseguir verificar as tendências de publicações de artigos de pesquisa, temas abordados, metodologias de investigação e o respetivo perfil dos investigadores.

Como objetivos específicos desta investigação pretende-se analisar, em primeiro lugar um conjunto de variáveis referentes às características do conteúdo dos artigos, publicados nas revistas que foram consideradas das mais influentes, face à área em estudo e método de recolha de dados. O segundo objetivo específico foi analisar o tipo de autoria, a afiliação geográfica, o contributo das universidades e investigadores mais produtivos.

Na sequência, a presente investigação focou-se em analisar os perfis dos autores das revistas em estudo, bem como verificar quais têm maior peso nas investigações efetuadas na área da fiscalidade, nos anos em análise.

1.2 Justificação do tema

Tendo assistido nos últimos anos a um incremento do número de publicações de artigos científicos, em revistas especializadas, passando a ter cada vez mais relevância no meio académico, tendo em conta que é o principal meio de divulgação das pesquisas realizadas nesta área, surge a necessidade de analisar e compreender a investigação em Fiscalidade, contribuindo assim para o conhecimento do estado da investigação.

Para as instituições de ensino superior e para os autores, a publicação de investigações em revistas distinguidas nas respetivas áreas de estudo acrescenta valor não só ao próprio investigador, uma vez em que é um marco benéfico à vida profissional do mesmo, como também à universidade de afiliação, dado que a mesma fica conhecida

como instituição de investigação ativa, aliciando alunos, docentes e investigadores (Reis, Dias e Machado 2017).

O presente estudo constituirá um importante contributo académico, de apoio científico para os investigadores, em futuras pesquisas inerentes à investigação em fiscalidade, pois serão identificadas algumas tendências destas publicações.

1.3. Metodologia

Inicialmente foi realizado um estudo por forma a escolher quais os *journals* mais prestigiosos que seriam analisados para esta investigação. Numa segunda fase foram revistos e analisados os artigos publicados no *The Journal of the American Taxation Association* (JATA), *National Tax Journal* (NTJ), *International Tax and Public Finance* (ITPF), *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation* (JIAAT), *Tax Policy and the Economy* (TPE) e *eJournal of Tax Research* (eJTR) durante os anos 2015 e 2016 a fim de se ter um conhecimento mais profundo sobre a investigação em fiscalidade num espaço temporal de 2 anos. Com o intuito de caracterizar a investigação em fiscalidade, agregando o máximo de dados disponíveis, foi construída uma base de dados alicerçada na leitura e análise dos artigos científicos publicados nestas revistas, tendo em conta as características dos investigadores e das suas publicações.

Com o intuito de operacionalizar os objetivos deste estudo foram construídas bases de dados para os artigos e para os investigadores, considerando as seguintes variáveis:

- Artigos: título; ano de publicação; revista; tipo de autoria, n.º de autores; tema/área do estudo; subtema e método de recolha de dados;

- Investigadores: país/continente de afiliação; instituição de afiliação.

Estas variáveis foram trabalhadas com recurso a métodos quantitativos.

Os dados para o desenvolvimento desta investigação, tanto da revisão de literatura como para o estudo empírico foram retirados da B-On (Biblioteca do conhecimento *online*).

1.4. Estrutura da dissertação

Este estudo encontra-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo é formado pela Introdução onde são apresentados os objetivos do estudo, a justificação do tema, a metodologia e a estrutura da dissertação.

A revisão de literatura compõe o segundo capítulo, no qual é exposto uma breve análise do que tem sido a investigação em fiscalidade no passado na atualidade e em tendências futuras.

A metodologia do estudo é exibida no terceiro capítulo, sendo divulgado o tipo do estudo, amostra, variáveis, a identificação do método de recolha e do tratamento estatístico de dados.

O desenvolvimento do estudo empírico é dividido em 3 partes: na primeira é realizada uma breve análise da distribuição dos artigos por ano e revista, na segunda parte são apresentados os resultados respeitantes à análise da base de dados referente à caracterização dos investigadores, sendo por último apresentada uma análise ao conteúdo dos artigos. Esta secção constitui o quarto capítulo.

As conclusões desta investigação, as limitações da mesma, sendo por fim sugeridas algumas sugestões para investigações futuras contemplam o último capítulo deste estudo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Um sistema fiscal cuidadosamente planeado pode ter um impacto significativo na economia de um país, uma vez que garante a estabilidade das finanças públicas, aumenta o crescimento, potencia o desenvolvimento, o emprego e a competitividade, contribuindo para uma distribuição de rendas mais equitativa (União Europeia, 2015).

Atualmente, na era digital e do conhecimento, a resposta às muitas questões fiscais tornam-se mais onerosas. A grande complexidade associada às leis fiscais e às

operações de negócio e a sobrecarga de informação concorrem para uma maior dificuldade na obtenção de um planeamento fiscal efetivo, por exemplo. Neste contexto, a evolução do típico processo de investigação na área fiscal, desde os tempos antigos até aos dias de hoje, onde é mais frequente a disponibilidade e utilização de plataformas digitais, permite uma maior compreensão face às estratégias fiscais modernas aplicadas (Thomson Reuters, 2014).

Ao longo dos anos, dada a sua multidisciplinariedade, a investigação em fiscalidade foi muitas vezes associada a áreas do conhecimento como a economia, as finanças públicas e o direito fiscal. Este último, segundo Shackelford e Shevlin (2001), mais preocupado com a constitucionalidade das normas ou na avaliação do impacto dos impostos das organizações, enquanto que os primeiros centravam o seu foco em análises mais macro e relacionados com a eficácia e a eficiência das políticas fiscais.

Os primeiros estudos realizados na ótica da contabilidade surgem apenas por Scholes e Wolfson (1992) e Lamb e Lymer (1999), tendo estes obtido evidências do seu carácter residual nas revistas de contabilidade, ao identificarem que menos de 5% do total de artigos publicados nestas revistas abordava a temática da fiscalidade.

Shackelford e Shevlin (2001) procuraram justificar esta discrepância precisamente na já referida multidisciplinariedade da fiscalidade, procurando demonstrar que esta era seguida não só por contabilistas mas também por economistas, juristas e investigadores de finanças, argumento mais tarde corroborado por Maydew (2001) e Hanlon e Heitzman (2009)

Assim, foi concretizada uma revisão de bibliografia face ao processo de investigação ao nível da fiscalidade desde o tempo passado ao futuro, incluindo o tempo atual.

A pesquisa em fiscalidade na era pré-digital geralmente envolvia uma série de etapas desenhadas para transpor uma ampla escala para uma mais curta com o objetivo de reconhecer questões fiscais essenciais e encontrar fontes primárias significativas no âmbito do direito para resolvê-las. Geralmente, os investigadores na área da fiscalidade começariam com materiais editoriais ou fontes secundárias para ajudar a definir os

problemas e identificar quais as seções de código legal aplicadas, selecionar palavras-chave e recuperar as principais fontes primárias das leis sobre estes problemas. Então, principiariam a ler estas fontes primárias, utilizando-as para ajudar a localizar outras que poderiam ser ainda mais relevantes. Em seguida, verificar-se-iam os citadores para se certificarem de que as autorias ainda eram válidas e encontrar ainda mais fontes. Finalmente, conduziam uma pesquisa por palavra-chave em bases de dados eletrónicas para garantir que nada havia ter sido deixado para trás.

No início dos anos 2000, as editoras criaram bases de dados específicas de fiscalidade, tais como a *RIA Checkpoint*, *CCH Tax Research Network* e *BNA Tax and Accounting*. Essas plataformas ofereceram nas atualizações frequentes, a capacidade de estabelecer *links* entre materiais editoriais e fontes primárias, e a pesquisa fácil de palavras-chave de muitos tipos diferentes de materiais. Este acesso digital ofereceu várias vantagens, como a oportunidade de pesquisar os materiais mais atuais de qualquer lugar físico e a capacidade de mudar entre fontes com facilidade. Para os investigadores experientes, estas plataformas ofereceram uma melhoria real e efetiva. Eles puderam replicar as suas metodologias típicas de pesquisa de forma mais rápida e eficiente. Para os investigadores inexperientes, as plataformas digitais tornaram muito mais fácil a busca direta através de palavras-chave sem primeiro ter um contexto, uma compreensão básica dos problemas ou as palavras-chave corretas.

Recentemente, muitos começaram a questionar a eficácia e a eficiência da busca por palavras-chave. Com a grande quantidade de informações *on-line* disponíveis, a pesquisa por palavras-chave geralmente produz muitas fontes para destruição, sem consideração pela qual é a mais absolutista ou útil. É muito fácil encontrar uma fonte que pareça fornecer "a resposta" à primeira vista, mas é difícil encontrar as melhores fontes absolutistas e de alta qualidade que realmente podem ser imprescindíveis, podendo ser bastante custoso na pesquisa em fiscalidade. É difícil conseguir que os estudantes em fiscalidade tenham evoluído a busca por palavras-chave para aproveitar o tempo para seguir um plano de pesquisa fiscal passo a passo, mesmo depois de encorajá-los a fazê-lo. Em vez disso, eles muitas vezes vão logo pesquisar palavras-chave em várias bases de dados e normalmente comentem alguns erros. Às vezes, eles encontram a resposta fácil e rápida, mas as conclusões são muito simplista e na verdade

não abordam a questão correta ou têm em consideração os fatos. Outras vezes, eles seguem diretrizes que não são realmente relevantes, gastando horas a pesquisar questões que não se aplicam aos fatos em estudo. As competências de pesquisa em fiscalidade são melhor adquiridas com a prática, mas, infelizmente, os investigadores geralmente aprendem maus hábitos graças à sua inclinação natural pela busca por palavras-chave. Os investigadores experientes geralmente têm um quadro de referência suficiente para escolher as palavras-chave corretas a pesquisar e geralmente sabem o suficiente para procurarem até encontrar uma fonte completa o suficiente para responder a uma pergunta complicada, sendo necessário mais tempo.

No seu artigo de 2009 no *Law Library Journal*, *Not Just Key Numbers and Keywords Anymore: How* o bibliotecário de lei de Cornell, Julie Jones, explica que enquanto a pesquisa pode recuperar documentos específicos de forma muito rápida e eficiente (especialmente usando termos de pesquisa bem informados), muitas vezes produz muitas coisas estranhas resultados retornados sem qualquer contexto. Os designers de motores de busca entendem esse problema e estão trabalhando para resolvê-lo.

Os novos mecanismos de busca aproveitam a busca semântica, em que o motor melhora a precisão ao entender a intenção do usuário e o significado contextual dos termos para produzir resultados mais relevantes. Esses mecanismos de pesquisa inteligentemente projetados usam contexto, variações de palavras, sinônimos e consultas passadas de muitos usuários para entender a intenção do usuário. Os resultados são classificados em termos de relevância, em vez de palavra-chave, para que o usuário não tenha que passar o tempo para classificar uma longa lista de hits para determinar o que é útil. Os profissionais do imposto parecem apreciar ferramentas de pesquisa que aprendem com os usuários. Michael Greenwald, de Friedman LLP explica, Jones também discutiu informações emergentes sobre alfabetização aplicadas à pesquisa legal on-line, argumentando que essas alfabetizações devem informar como os motores de busca se adaptam às necessidades humanas para produzir os resultados mais úteis.

- Alfabetização gráfica. As pessoas pensam visualmente e processam dados melhor com representações visuais de informação.

- Alfabetização em navegação. As pessoas têm que manobrar informações online em uma tela de texto não-linear desorganizada. Isso cria problemas de compreensão e memória.
- Alfabetização por ceticismo. As pessoas devem avaliar criticamente suas ferramentas de pesquisa e as fontes de informação dentro delas.
- Alfabetização Contextual. As pessoas precisam ver conexões entre e dentro de informações em um ambiente de hiperlink. Simplesmente fornecer hiperlinks é bom, mas visualizar graficamente as conexões é melhor. Idealmente, as versões novas e melhoradas das plataformas de pesquisa tributária considerarão essas informações alfabetizadas, tornando as interfaces e resultados de pesquisa mais gráficos, criando ferramentas para lembrar os pesquisadores onde foram e onde deveriam seguir, indicando a credibilidade relativa e a autoridade de várias fontes, e ajudar os usuários a ver conexões não só entre fontes, mas também entre tópicos. Em um levantamento anual de software de impostos de 2011 pelo Journal of Accountancy e o assessor fiscal, os entrevistados indicaram que a facilidade de encontrar respostas para suas questões fiscais e amplitude de material são as características mais importantes no software de pesquisa fiscal. Essas duas facetas estão relacionadas, uma vez que a grande amplitude do material só é útil se os usuários puderem facilmente encontrar as peças mais úteis. Melhorar o software de pesquisa fiscal para melhor atender às novas necessidades de alfabetização de informações aumenta a probabilidade de os pesquisadores fiscais encontrarem as informações de que precisam de forma eficiente. Neste contexto, e seguindo a abordagem efetuada por Hanlon e Heitzman (2009) no seu estudo, procurou-se dividir a investigação em fiscalidade em oito grandes áreas, ou subtemas, as quais passaremos a descrever de seguida.

Taxation

Primeiro, numa perspetiva mais abrangente, surge a *taxation*, onde se incluem não só estudos sobre situações específicas ou impostos muito particulares, como a tributação dos combustíveis por exemplo, mas principalmente os impostos sobre as pessoas singulares, dado o seu papel primordial no financiamento dos países, na satisfação das suas necessidades e no fomento de uma maior justiça e igualdade entre os cidadãos (Schneider, 2008; Prichard, 2016).

Public Finance

Reconhecida a indispensabilidade dos impostos para financiar a despesa pública e assegurar que o peso a pagar por esta despesa é distribuído de uma forma economicamente sustentável e politicamente aceitável, surge a sua investigação numa ótica macroeconómica, sendo as finanças públicas, segundo Rosen (2004) e Block (1989), a vertente da economia que estuda precisamente a política fiscal de um país.

Não obstante a investigação em fiscalidade no âmbito das finanças públicas abranger áreas como a otimização fiscal ou o modo como a receita tributária é dirigida para fins públicos e coletivos, como a educação ou a saúde, é a incidência dos impostos que constitui a temática mais estudada, segundo Etro (2016).

Corporate Tax

Em todos os países, a definição da base de tributação das empresas é extremamente complexa, envolvendo uma vasta gama de legislação abrangendo desde subsídios para despesas de capital até a dedução de contribuições para fundos de pensões, a mensuração de ativos, o nível de imparidades ou o tipo de despesas dedutíveis, por exemplo (Devereux, et al, 2002).

Deste modo, a investigação em *Corporate Tax* exige uma combinação de conhecimentos normativos, institucionais, económicos e contabilísticos que permitam correlacionar este tema com outras variáveis empresariais e de gestão Maydew (2001).

Tax Compliance

Com a multiplicação de obrigações fiscais exigidas aos sujeitos passivos dos diversos impostos, é natural que o nível de cumprimento dessas obrigações, definição mais simples para *Tax Compliance* apresentada por James e Alley (2002), seja também alvo de estudo pelos investigadores fiscais.

Existem no entanto diferenças entre o cumprimento voluntário dessas obrigações e o desenvolvimento de medidas punitivas que resultam de um maior controlo por parte das entidades tributárias e que conduzem à deteção de práticas de fraude e evasão fiscais. É assim comum associar o *Tax Compliance* com o contencioso tributário.

Tax Competition

A concorrência fiscal entre os países é um tema de pesquisa de crescente importância no contexto da globalização. Se, por um lado, pode conduzir à redução dos impostos cobrados e conseqüentemente à diminuição do nível de serviços públicos prestados, por outro pode aumentar a eficiência fiscal dos estados (Talpos e Crâsneac, 2010).

Este fenómeno é particularmente importante para a UE que tem dedicado inúmeros estudos e publicações com vista a uma maior harmonização dos impostos diretos, em especial os cobrados sobre os lucros das empresas e o rendimento dos cidadãos, objetivo esse ainda longe de ser alcançado.

Tax Incentives

A nível europeu, os estados membros continuam a introduzir reformas definidas para estimular o investimento através da redução de base fiscal. Também foram feitos esforços para simplificar os contextos de negócio e a respetiva relação com os impostos (União Europeia, 2015).

Klemm (2009) define incentivos fiscais como o conjunto de medidas que permitem um tratamento fiscal mais favorável para certas empresas ou atividades. Hines (1999), por conseguinte, avançou que elevadas taxas de imposto conduzem a uma menor captação de investimento externo, podendo ainda contribuir para um aumento do nível de *Tax Avoidance* (Dharmapala e Desai, 2006)

Book-Tax Difference (BTD)

Outro tema que tem despertado o interesse dos investigadores são as diferenças entre os diversos normativos contabilísticos e fiscais a que as empresas estão sujeitas, as quais podem conduzir à existência de duas contabilidades, uma mais focada na mensuração e registo das transações económicas e a outra mais burocrática e com o intuito de cobrar imposto e cujas declarações não são facilmente consultáveis (Hanlon e Hetizman, 2009).

Esta temática é muitas vezes associada a práticas de gestão dos resultados (Guenther, 2011), à qualidade da informação ou aos honorários dos auditores (Hanlon, et al., 2012).

Tax Avoidance / Tax Evasion

Outro tema muito estudado é a evasão fiscal, na medida em que acarreta diversas consequências ao nível da notoriedade das empresas apanhadas em práticas evasivas, como na redução das receitas fiscais que pode conduzir à necessidade de uma maior e mais generalizada cobrança impostos.

Não obstante principal distinção entre *Tax Avoidance* e *Tax Evasion* ser precisamente a legalidade das medidas adotadas, nem todos os autores fazem essa distinção, abordando as duas temáticas como uma só (Hanlon e Hetizman, 2009), dada a reconhecida dificuldade de validar medidas que conduzam à deteção de práticas de evasão fiscal.

A nível europeu, os estados membros, continuam a mostrar determinação em combater a fraude e a evasão fiscal através da introdução de novas reformas a nível europeu e nacional que vão de encontro ao contexto internacional. As iniciativas mais recentes incluem um pacote de medidas na ótica da transparência e um plano de ação com vista obter um sistema fiscal corporativo mais equitativo e eficiente na União Europeia. Os estados membros também tomaram medidas que asseguram que os regimes fiscais específicos sejam menos vulneráveis a evasão fiscal e tem direcionado para as diferenças existentes ao nível das leis fiscais entre os diferentes países (União Europeia, 2015).

3. METODOLOGIA

Na presente secção pretende-se expor o tipo, a população e a amostra do estudo, bem como os critérios de inclusão e/ou exclusão, descrever o instrumento e os procedimentos de recolha de dados, as variáveis em estudo bem como o tratamento estatístico de dados utilizado durante todo o processo de investigação.

3.1. Tipo de estudo

Este estudo traduziu-se por ser de natureza quantitativa uma vez que os métodos quantitativos permitiram medir os resultados. Este tipo de método possibilitou precisão, maior objetividade, comparação e a generalização para situações idênticas dos resultados obtidos. Note-se que esta abordagem reflete um processo complexo que conduz a resultados que devem conter o menor enviesamento possível (Freixo, 2009, p. 144).

No decorrer deste processo de investigação foi executada a revisão de bibliografia na área da pesquisa em fiscalidade e identificadas uma série de variáveis que auxiliaram a sua caracterização, permitindo considerar este estudo como descrito e exploratório (Freixo, 2009, p 106).

3.2. População e Amostra

A amostra deste estudo agregou artigos publicados nas revistas: *The Journal of the American Taxation Association (JATA)*, *National Tax Journal (NTJ)*, *International Tax and Public Finance (ITPF)*, *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation (JIAAT)*, *Tax Policy and the Economy (TPE)* e *eJournal of Tax Research (eJTR)* num período de dois anos. Os critérios de inclusão refletiram os artigos cujo ano de publicação foi 2015 e 2016, a área de estudo a fiscalidade e a palavra-chave *tax*, sendo que foram identificados e selecionados um total de 180 artigos. Esta amostra teve natureza não probabilística e o método de seleção foi por conveniência uma vez que a possibilidade de escolha não foi idêntica para todos os artigos. As limitações de tempo impostas pela realização deste estudo também concorreram para esta opção.

3.3. Método de Recolha de dados

Para a recolha de dados do estudo foi construída uma base de dados em formato *excel*, dado que é um instrumento de medida que traduz os objetivos do estudo em variáveis mensuráveis. Este método de recolha de dados auxiliou a organizar, a normalizar e a controlar os dados, de tal forma que as informações investigadas pudessem ser recolhidas de forma rigorosa. Também foi o instrumento mais utilizado na revisão de literatura efetuada.

Para a concretização deste estudo e conseqüentemente para o preenchimento da base de dados, a informação foi identificada através da leitura dos artigos selecionados, tendo por base o método utilizado por Scapens e Bromwich (2001 e 2010). Na verdade, estes autores, apesar de afirmarem que existe alguma subjetividade neste método de recolha de dados, constatam que é a metodologia que fornece informação das publicações de uma forma mais diversificada. Nas situações que não foi possível identificar as variáveis através da leitura do resumo, introdução, metodologias aplicadas e conclusão, foi necessária uma análise mais profunda aos artigos selecionados para este estudo, como forma de elucidação.

3.4. Definição de variáveis do estudo

A variável em estudo corresponde ao fenómeno que o investigador pretende conhecer e compreender, ou seja, as qualidades, propriedades ou características da investigação proposta (Freixo, 2009). As variáveis foram desenvolvidas com o propósito de caracterizar os artigos e identificar o perfil das publicações das revistas em análise. Estes atributos eram essencialmente de cariz qualitativo, nominal e quantitativo e encontram-se no quadro operacional de variáveis (Tabela 1).

O Perfil da Investigação em Fiscalidade

Tabela N.º 1 – Quadro Operacional de variáveis

Designação	Descrição	Tipo	Categorias
N.º de Identificação do artigo	Identificação do artigo	Quantitativa	>=1
Nome do artigo	Nome do artigo	Qualitativa nominal	
Keywords	Palavras-chave do artigo	Qualitativa nominal	
Ano de publicação	Ano de publicação do artigo	Quantitativa	-2015 -2016
Revista	Revista a que pertence o artigo	Qualitativa nominal	- <i>Journal of International Accounting, Auditing and Taxation</i> ; - <i>International Tax and Public Finance</i> ; - <i>The Journal of the American Taxation Association</i> ; - <i>Tax Policy and the Economy</i> ; - <i>eJournal of Tax Research</i> ; - <i>National Tax Journal</i> .
Tipo de Autoria	Tipo de autor do artigo	Qualitativa nominal	-Individual -Coletiva
N.º de Autores	N.º de autores do artigo	Quantitativa	>=1
Nome dos Autores	Nome dos autores do artigo	Qualitativa nominal	
Metodologia do Estudo			
Método de recolha de dados	Instrumento de recolha de dados do artigo	Qualitativa nominal	-Bases de dados -Questionários e entrevistas -Pesquisas -Revisão de literatura -Estudo de caso
Afiliação dos autores			

Afiliação geográfica (País/Continente)	País e Continente de Afiliação do autor	Qualitativa nominal	
Afiliação por instituição	Instituição de afiliação do autor	Qualitativa nominal	-Universidade -Centro de Investigação -Instituição
Área do Estudo	Tema do artigo	Qualitativa nominal	- <i>Taxation</i> - <i>Corporate Tax</i> - <i>Tax Incentives</i> - <i>Tax Compliance</i> - <i>Tax Competition</i> - <i>Tax Avoidance/Evasion</i> - <i>Book-Tax Difference (BTD)</i> - <i>Public Finance</i>

Após a leitura e a análise dos artigos foram construídas duas bases de dados distintas, em formato *excel*, tendo por base os objetivos específicos do estudo e a análise de um conjunto de variáveis referentes às características dos artigos constituintes e dos respetivos investigadores:

(i) Base de Dados de caracterização do conteúdo dos artigos

No que respeita a esta base de dados, a mesma foi criada com o intuito de analisar o conteúdo dos artigos, tendo sido criadas as seguintes variáveis: n.º de identificação do artigo, nome do artigo, ano de publicação, revista pertencente, autores, n.º de autores, tipo de autoria, palavras-chave, tema, metodologia do artigo tendo por base o método de recolha de dados.

Os artigos pesquisados foram classificados por tipo de autoria, tendo em conta o número de autores que cooperaram para cada um deles. Dois grupos distintos foram criados: individual e coletiva. No primeiro grupo, isto é, individual foram compreendidos todos os artigos que foram elaborados por apenas um autor. No segundo grupo, foram englobados todos os artigos publicados por dois ou mais autores.

Para a categorização da variável “Área de Estudo” foram utilizados os descritores: *Taxation, Coporate Tax, Tax Incentive, Tax Competition, Tax Compliance, Tax Avoidance/Evasion, Book-Tax Difference (BTD)* e *Public Finance* de acordo com o estudo de Reis, Dias e Machado (2017). Note-se que no tema *Taxation* incluíram-se todos os artigos pesquisados que não foram exequíveis na categorização dos restantes.

Para a categorização do método de recolha de dados foram considerados os artigos cujos métodos tinham sido base de dados, estudo de caso, questionários e entrevista, pesquisas e revisão de literatura. A classificação utilizada para os métodos de recolha de dados estava de acordo com a exposta no estudo de Reis, Dias e Machado (2017). O método “base de dados” é um método de recolha operacional que consiste na construção de uma própria base de dados definindo previamente as variáveis integrantes. Assim, foram incluídos todos os artigos cujos estudos foram realizados tendo como suporte dados retirados de base de dados. Os artigos que empregaram dados recolhidos através de opiniões pedidas a terceiros foram considerados como questionários e entrevistas. Os artigos cujos dados foram recolhidos através de informação documental resultante da observação direta de uma instituição (privada/pública) foram considerados como estudo de caso. A revisão de literatura foi considerada em todos os artigos que assentavam em um levantamento exaustivo e na respetiva síntese da produção científica da área do estudo.

(ii) Base de Dados de Caracterização dos Investigadores

Esta base de dados foi produzida com o objetivo de caracterizar os investigadores assim como as instituições que mais contribuíram para os artigos publicados nas revistas em análise. Dado que um artigo poderá ter o contributo de dois ou mais autores foram, em primeiro lugar, criadas tantas linhas quanto o número de autores existentes, ou seja, no caso de um artigo ter dois autores foram adicionadas duas linhas na base de dados e assim sucessivamente.

As variáveis recolhidas e identificadas nesta base de dados são as seguintes: ano de publicação do artigo, autor, instituição de afiliação no momento da publicação dos artigos, país/continente de afiliação dos autores.

Para que fosse possível identificar o país de afiliação dos autores os mesmos foram identificados tendo por base o método de estudo utilizado por Lukka e Kasanen (1996) em que afirmam que a única forma possível de identificar o país de afiliação dos autores é através da identificação do país de vínculo universitário, tendo sido considerada a nacionalidade dos mesmos com base nessa informação. No entanto, no presente estudo, o mesmo teve algumas alterações na medida em que nem todos os autores estavam afiliados a uma universidade estando também afiliados a centros de investigação e a instituições. Assim para variável foi considerada não só a Universidade de afiliação como o Centro de Investigação e a Instituição a que os autores estavam afiliados à data da publicação dos artigos.

3.5. Procedimento de recolha de dados

Esta investigação foi desenvolvida em duas fases distintas, as quais serão apresentadas de seguida.

Originalmente foi efetuado um estudo à investigação realizada por Chan *et al.* (2009), que comportava uma análise de citações de jornais académicos em dissertações entre 1999 e 2003, os quais identificaram as revistas mais citadas no meio académico na área de Fiscalidade. Desta forma, e tendo em conta estudos idênticos por parte de Herron e Hall (2004) e Lowensohn e Samelson (2006), para a realização deste estudo foram selecionadas as revistas que se encontram em comum nestes três estudos: *JATA*, *NTJ*, *ITPF*, *JIAAT*, *PE* e *eJTR*.

Numa segunda fase foram revistos e analisados os artigos publicados nestas revistas nos anos 2015 e 2016. A escolha destes anos refletiu a sequência dos anos em análise no estudo Reis, Dias e Machado (2017), que foram 2004, 2009 e 2014. Assim sendo, os anos selecionados para este estudo possibilitaram analisar as tendências da investigação fiscal num período contínuo de 2 anos, após 2014.

Os dados para o desenvolvimento desta investigação foram retirados da B-On (Biblioteca de Conhecimento Online) disponibilizada pelo ISCTE-IUL (Instituto

Universitário de Lisboa), tendo sido utilizados tanto para a Revisão de Literatura como para a realização do Estudo Empírico.

3.6. Tratamento estatístico de dados

O tratamento estatístico de dados baseou-se na utilização de métodos quantitativos descritivos. Os métodos descritivos permitiram descrever os dados recolhidos e agregaram essencialmente tabelas de frequências, medidas descritivas tais como contagens e proporções e gráficos de barras/circulares. Foi utilizado o *software Microsoft Excel 2013*.

4. RESULTADOS

A definição prévia dos objetivos direcionou a análise estatística deste estudo. Às variáveis recolhidas foram aplicados métodos quantitativos a partir dos quais obtiveram-se os resultados apresentados de seguida.

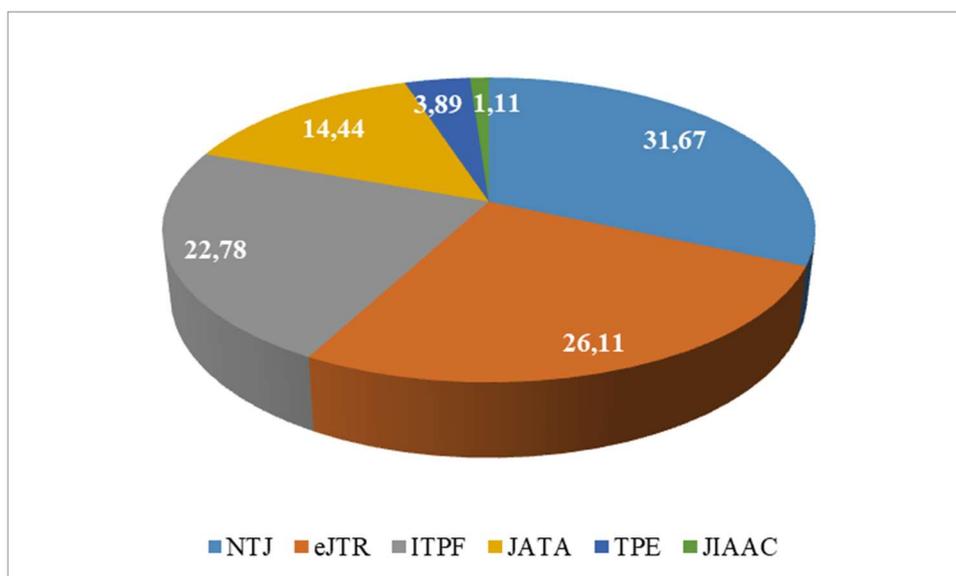
4.1. Perfil dos artigos

Um dos objetivos deste estudo recaiu na definição do perfil dos artigos pesquisados. Logo, examinaram-se as variáveis: revista, tema, método de recolha de dados e n.º de investigadores tendo em conta os anos em estudo.

4.1.1. Revistas

Os 180 artigos pesquisados neste estudo, na área da fiscalidade, encontravam-se publicados maioritariamente em três revistas: na NTJ (31,67%), na eJTR (26,11%) e na ITPF (22,78%). A revista menos representada foi a JIAAC (1,11%) (ver figura 1).

Figura 1 – Distribuição de artigos pesquisados (%) por revistas no ano de 2015 e 2016.



O Perfil da Investigação em Fiscalidade

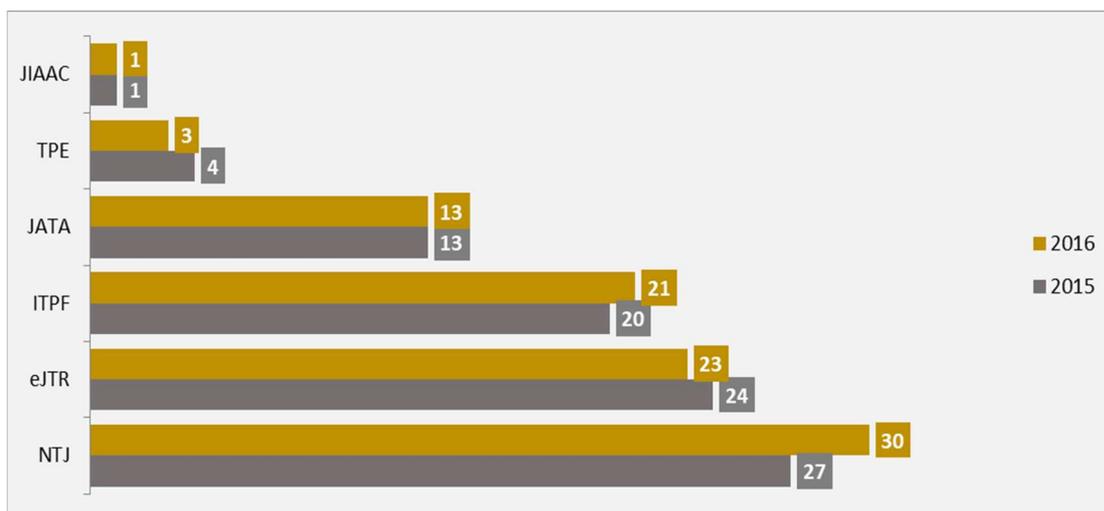
A tendência descrita anteriormente repetiu-se em 2015 e em 2016, isto é, as revistas NTJ, eJTR e ITPF foram as revistas com maior representação na amostra de artigos pesquisados, sendo a JIAAC a menos representada (ver tabela 2).

A taxa de variação entre 2015 e 2016 exibiu um incremento do número de artigos publicados, na área da fiscalidade, nas revistas NTJ (11,1%) e na ITPF (5,0%). Apesar da eJTR figurar entre as revistas com maior número de artigos publicados, apresentou uma quebra de 4,2% em 2016 (n=23) face a 2015 (n=24) (ver Figura 2). As revistas JATA e JIACC mantiveram-se estáveis neste período, relativamente ao número de artigos publicados. Note-se que às contagens pequenas estão associadas variações percentuais grandes, o que explica o decréscimo de artigos publicados na revista TPE (25 %).

Tabela N.º 2 – Distribuição de artigos pesquisados por revistas e ano (n,%).

Revista	Ano				Taxa de variação 2015-2016
	2015		2016		
	n	(%)	n	(%)	(%)
NTJ	27	30,3	30	33,0	11,1
eJTR	24	27	23	25,3	-4,2
ITPF	20	22,5	21	23,1	5,0
JATA	13	14,6	13	14,3	0,0
TPE	4	4,49	3	3,3	-25,0
JIAAC	1	1,12	1	1,1	0,0
Total Geral	89	100,0	91	100,0	2,2

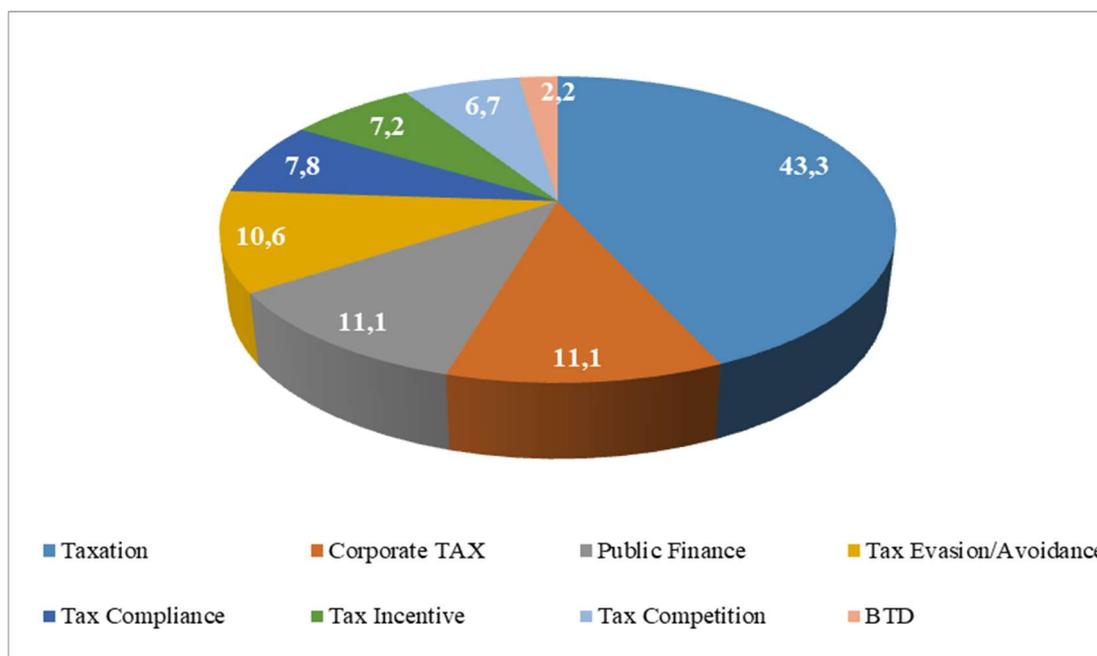
Figura 2 – Evolução dos artigos pesquisados por revista e ano.



4.1.2. Temas

No contexto deste estudo, verificou-se que os temas, na área da fiscalidade, mais examinados foram *Taxation* (43,3%), *Corporate Tax* (11,1%) e *Public Finance* (11,1%). O tema menos considerado, neste período em análise, foi *BTD* (2,2%) (ver figura 3).

Figura 3 – Distribuição de artigos pesquisados (%) por tema no ano de 2015 e 2016.



A tendência descrita anteriormente repetiu-se no ano de 2016, isto é, os temas *Taxation* (36,3%), *Corporate Tax* (13,2%) e *Public Finance* (15,4%) foram os mais investigados. Em 2015, os temas *Taxation* (50,6%), *Corporate Tax* (9%) e *Tax Avoidance/Evasion* (9%) assumiram-se como os mais representativos na amostra de artigos pesquisados, traduzindo uma disposição diferente à encontrada no ano de 2016. O tema *BTD* foi o tema menos analisado em 2015 (1,1%) e em 2016 (3,3%) (ver tabela 3).

O número de artigos publicados com o tema *Public Finance* exibiu o maior acréscimo, 133,3%, em 2016 (n=14) face a 2015 (n=6), dado que em 2015 este tema era menos considerado pelos investigadores. Apesar do tema *Taxation* afigurar entre os temas com maior número de artigos publicados, apresentou uma quebra de 26,7% em 2016 (n=33) face a 2015 (n=45) (ver figura 4). Os temas *Tax Competition* (-28,6 %) e *Tax Incentive*

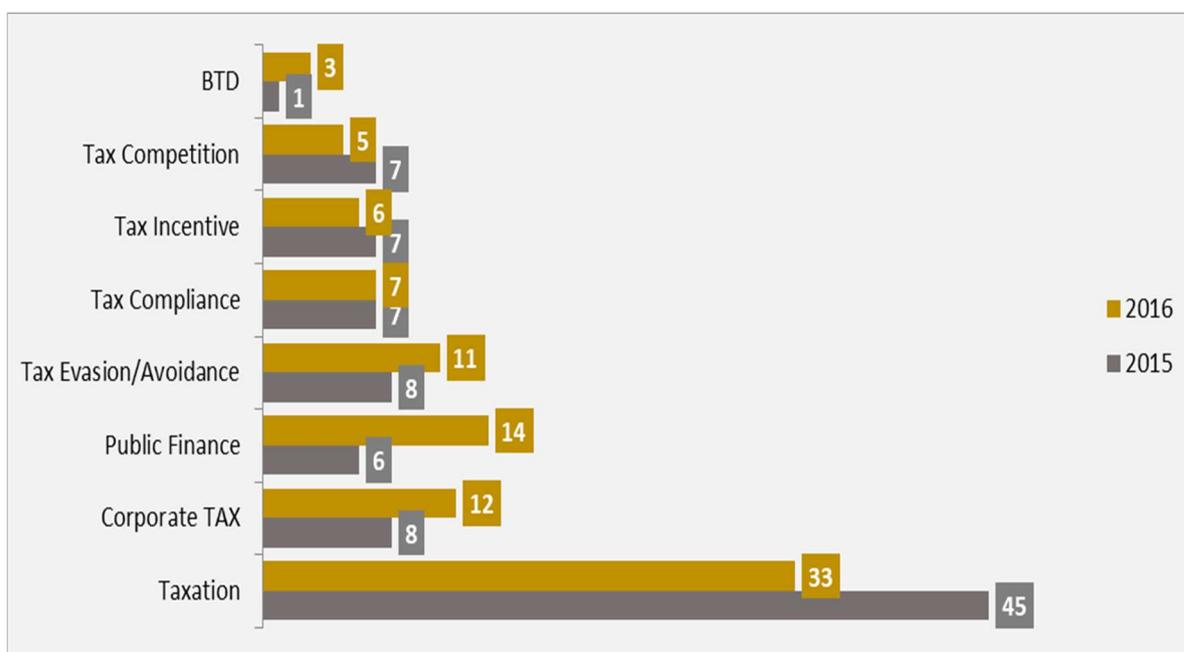
O Perfil da Investigação em Fiscalidade

(-14,3%) também verificaram quebras ligeiras de publicação neste período. Note-se que às contagens pequenas estão associadas variações percentuais grandes, o que explica o acréscimo de artigos publicados no tema *BTD* (200 %).

Tabela N.º 3 – Distribuição de artigos pesquisados por tema e ano (n, %).

Temas	Ano				Taxa de variação 2015-2016
	2015		2016		
	n	(%)	n	(%)	(%)
<i>Taxation</i>	45	50,6	33	36,3	-26,7
<i>Corporate TAX</i>	8	9,0	12	13,2	50,0
<i>Public Finance</i>	6	6,7	14	15,4	133,3
<i>Tax Evasion/Avoidance</i>	8	9,0	11	12,1	37,5
<i>Tax Compliance</i>	7	7,9	7	7,7	0,0
<i>Tax Incentive</i>	7	7,9	6	6,6	-14,3
<i>Tax Competition</i>	7	7,9	5	5,5	-28,6
<i>BTD</i>	1	1,1	3	3,3	200,0
Total Geral	89	100,0	91	100,0	2,2

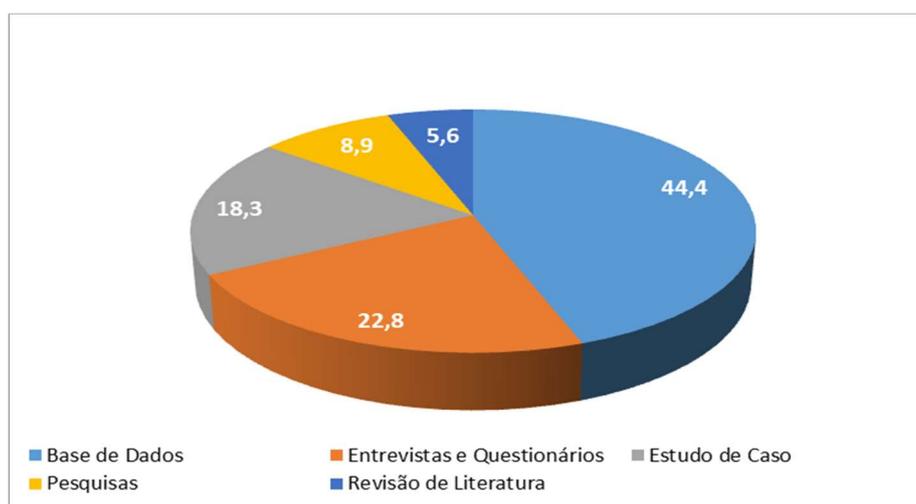
Figura 4 – Evolução de artigos pesquisados por tema e ano.



4.1.3. Método de recolha de dados

Os métodos de recolha de dados mais aplicados nos artigos pesquisados foram “Base de Dados” (44,4%), “Entrevistas e Questionários” (22,8%) e “Estudo de caso” (18,3%). Esta tendência está de acordo com os resultados obtidos no estudo de Reis, Dias e Machado (2017) no qual os métodos de recolha de dados mais frequentes também foram base de dados (42,7%) e o estudo de caso (23%). A revisão de literatura correspondeu ao método menos usado (5,6%).

Figura 5 – Distribuição de artigos pesquisados (%) por método de recolha de dados no ano de 2015 e 2016.



De acordo com a análise individual por ano tem-se que o ano de 2015 e o ano de 2016 exibiram a mesma tendência, onde as bases de dados, entrevistas, questionários e estudos de casos dominaram os métodos de recolha de dados (ver tabela 4).

Através da análise da taxa de variação entre 2015 e 2016 verificou-se o aumento da aplicação de bases de dados (22,2%) e estudos de casos (100%) na investigação em fiscalidade (ver tabela 4 e figura 6). A base de dados tem vindo a ser cada vez mais aproveitada devido ao seu carácter operacional, incluído a facilidade de recolha de dados também proporcionada pela disponibilização de plataformas digitais na *internet*, uma vez que facilita o acesso e a pesquisa de dados. O aumento dos estudos de caso poderá estar relacionado com o facto das próprias instituições estarem focadas na sua própria realidade, incluindo na resolução de problemas, tomada de decisão e

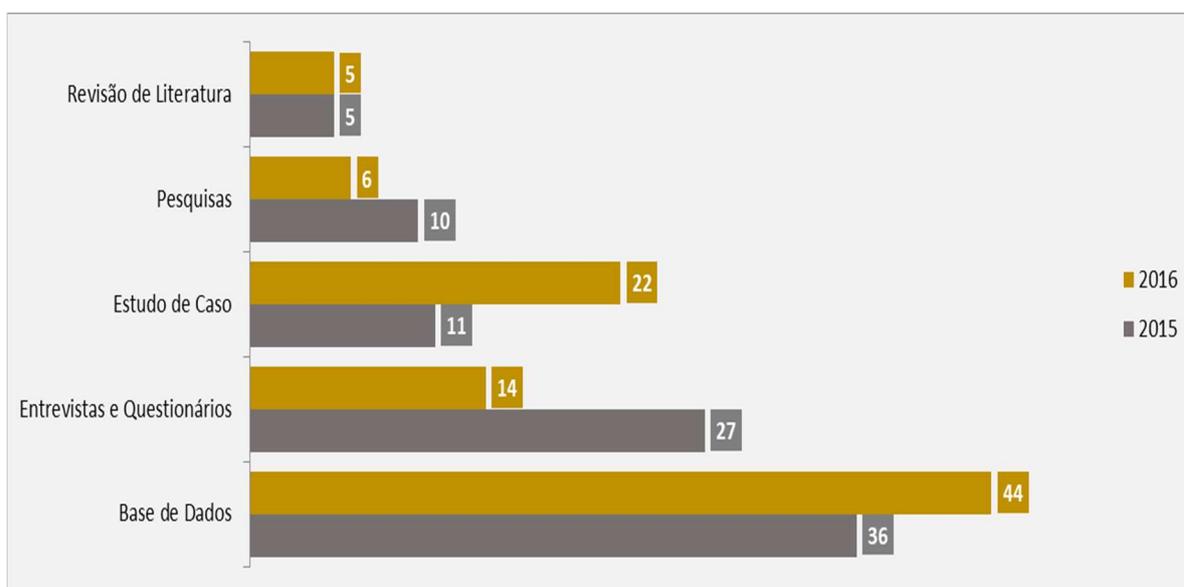
O Perfil da Investigação em Fiscalidade

planeamento fiscal, por exemplo. Já as entrevistas e os questionários, em igual período, mostraram uma diminuição (-48,1%) sendo que no estudo de Reis, Dias e Machado (2017) o questionário foi o método de recolha de dados que tem vindo a ser cada vez menos aplicado.

Tabela N.º 4 – Distribuição de artigos pesquisados por método de recolha de dados e ano (n,%).

Temas	Ano				Taxa de variação 2015-2016
	2015		2016		
	n	(%)	n	(%)	(%)
Base de Dados	36	40,4	44	48,4	22,2
Entrevistas e Questionários	27	30,3	14	15,4	-48,1
Estudo de Caso	11	12,4	22	24,2	100,0
Pesquisas	10	11,2	6	6,6	-40,0
Revisão de Literatura	5	5,6	5	5,5	0,0
Total Geral	89	100,0	91	100,0	2,2

Figura 6 – Evolução de artigos pesquisados por método de recolha de dados e ano.



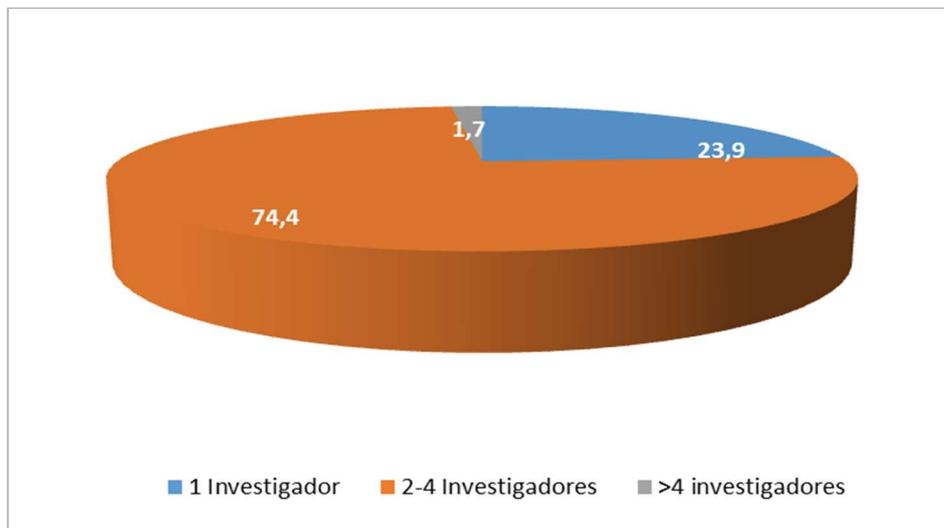
4.2. Perfil dos Investigadores

Um dos objetivos deste estudo recaiu na definição do perfil dos investigadores associados aos artigos selecionados. Nesta sequência, examinaram-se as variáveis: n.º de investigadores por artigo, tipo de autoria, afiliação geográfica e afiliação por entidade.

4.2.1 N.º de Investigadores e tipo de autoria

O n.º de investigadores, associado aos artigos pesquisados, na maioria figurou entre 2 a 4 (74,4%). Este indicador permitiu categorizar o tipo de autoria do artigo em individual ou coletiva. Apenas 1,7 % dos artigos contemplava um autor (autoria individual). Na ótica da autoria coletiva, 98,3% dos artigos foram concretizados por 2 ou mais investigadores. Estes resultados estão de acordo com o estudo realizado por Reis, Dias e Machado (2017).

Figura 7 – Distribuição de artigos pesquisados (%) pelo n.º de investigadores no ano de 2015 e 2016.



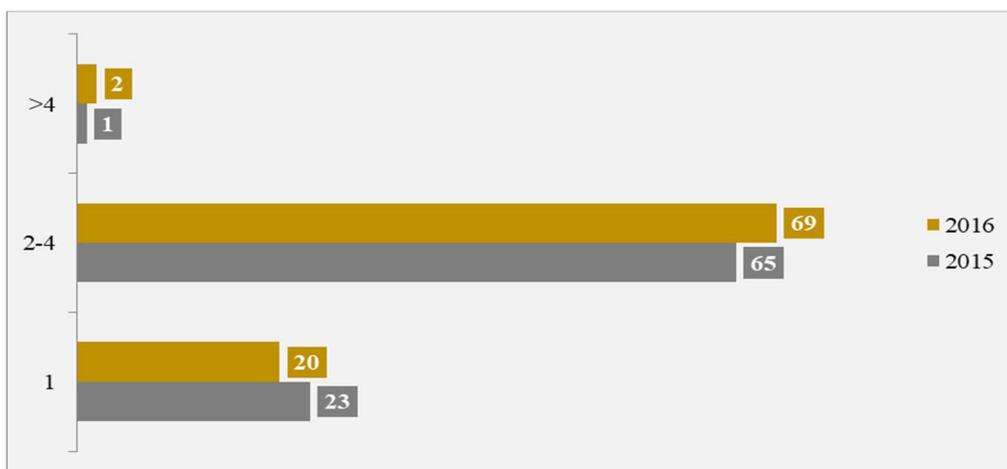
De acordo com a análise individual por ano tem-se que o ano de 2015 e o ano de 2016 exibiram a mesma tendência, ou seja, a autoria coletiva prevaleceu face à individual (ver tabela 5 e figura 8).

Através da análise da taxa de variação entre 2015 e 2016 verificou-se o aumento do n.º de artigos concretizados por 2 a 4 investigadores (6,2%) e a individual, com um investigador diminuiu (-13%) (ver tabela 5 e figura 8).

Tabela N.º 5 – Distribuição de artigos pesquisados pelo n.º de investigadores e por ano (n,%).

Temas	Ano				Taxa de variação 2015-2016
	2015		2016		
	n	(%)	n	(%)	(%)
1	23	25,84	20	21,98	-13,0
2-4	65	73,03	69	75,82	6,2
>4	1	1,12	2	2,2	100,0
Total Geral	89	100,0	91	100,0	2,2

Figura 8 – Evolução de artigos pesquisados pelo n.º de investigadores e por ano.



4.2.2. Investigadores por revista

Com base no n.º de investigadores verificou-se que o n.º médio de investigadores por artigo, face às revistas seleccionadas para este estudo no âmbito da investigação em fiscalidade, foi de 2. No entanto nas revistas JIAAT e TPE o n.º médio de investigadores por artigo foi de 3.

Na generalidade, os investigadores estavam associados a artigos publicados na NTJ (n=138) e eJTR (n=99).

O Perfil da Investigação em Fiscalidade

Tabela N.º 6 – Distribuição dos artigos e investigadores por revista no ano de 2015 e 2016.

Revista	N.º de artigos	N.º de autores	Média de Investigadores/Artigo
NTJ	57	138	2
eJTR	47	99	2
ITPF	41	88	2
JATA	26	57	2
TPE	7	18	3
JIAAT	2	6	3
Total Geral	180	406	2

4.2.3. Investigadores por tema

O n.º médio de investigadores por artigo, face aos temas seleccionados para este estudo, foi de 2. Apenas o n.º médio de investigadores por artigo de *Public Finance* foi de 3.

Na generalidade, os investigadores estavam associados a artigos publicados com os temas *Taxation* (n=176) e *Public Finance* (n=53).

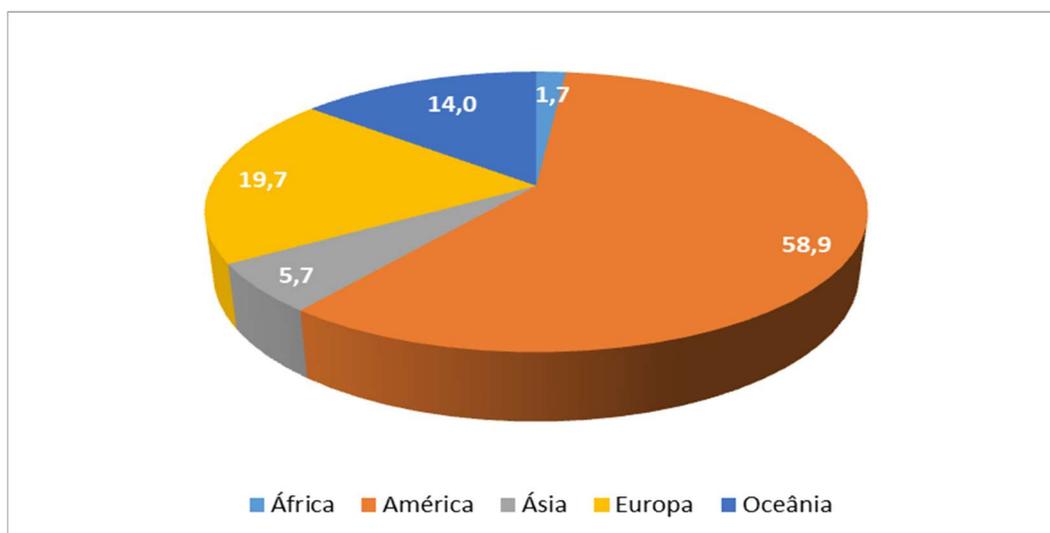
Tabela N.º 7 – Distribuição dos artigos e investigadores por tema no ano de 2015 e 2016.

Tema	N.º de artigos	N.º de autores	Média de Investigadores/Artigo
<i>Taxation</i>	78	176	2
<i>Public Finance</i>	20	53	3
<i>Corporate TAX</i>	20	44	2
<i>Tax Evasion/Avoidance</i>	19	38	2
<i>Tax Incentive</i>	13	32	2
<i>Tax Compliance</i>	14	30	2
<i>Tax Competition</i>	12	25	2
<i>BTD</i>	4	8	2
Total Geral	180	406	2

4.2.4 Afiliação geográfica

A afiliação geográfica permitiu aferir o país e o continente da instituição à qual o investigador encontrava-se afiliado, à data da publicação do artigo. Assim, a maioria dos investigadores estavam afiliados, durante 2015 e 2016, no continente Americano (58,9%), mais concretamente na América do Norte, e no continente Europeu (19,7%). Esta tendência foi de encontro aos resultados obtidos no estudo de Reis, Dias e Machado (2017). O continente com menos exposição, na afiliação geográfica dos investigadores, foi África (1,7%). Note-se que os cinco continentes existentes a nível mundial estavam todos representados na amostra do estudo.

Figura 9 - Continente de afiliação dos autores nos anos de 2015 e 2016.



Atendendo à análise anual, em 2015 e 2016, foram também os continentes Americano e Europeu os que exibiram maior constância face à afiliação geográfica dos investigadores (ver tabela X). A taxa de variação entre 2015 e 2016 mostrou que os investigadores com afiliação no continente Americano, Asiático e Africano aumentaram. Apesar do continente Europeu ser um dos continentes com maior n.º de investigadores afiliados, em 2016 sofreu uma quebra face a 2015 (-9,5%) (ver tabela 8).

O Perfil da Investigação em Fiscalidade

Tabela N.º 8 – Distribuição dos investigadores afiliados por continente e por ano (n,%).

Continente	2015		2016		Taxa de Variação (%) 2015-2016
	n	(%)	n	(%)	
América	118	58,4	121	59,3	2,5
Europa	42	20,8	38	18,6	-9,5
Oceânia	30	14,9	27	13,2	-10,0
Ásia	10	4,95	13	6,4	30,0
África	2	0,99	5	2,5	150,0
Total geral	202	100	204	100,0	1,0

A afiliação geográfica também foi analisada pelo país de origem da instituição, à qual o investigador se encontrava afiliado. Assim, no continente Europeu, a Alemanha e o Reino Unido eram os países com mais afiliações; no continente Asiático eram a China e o Japão; no continente Americano eram os EUA; na Oceânia era a Austrália e em África era a África do Sul (ver tabela 9).

Tabela N.º 9 – Distribuição dos investigadores afiliados por continente e por país no ano de 2015 e 2016 (n,%).

País/Continente	Artigos	
	n	(%)
Europa	80	19,7
Alemanha	20	4,93
Reino Unido	13	3,2
França	7	1,72
Espanha	6	1,48
Bélgica	5	1,23
Inglaterra	5	1,23
Itália	5	1,23
Portugal	3	0,74
Suécia	3	0,74
Áustria	2	0,49
Luxemburgo	2	0,49
República Checa	2	0,49
Croácia	1	0,25
Eslovénia	1	0,25
Grécia	1	0,25
Holanda	1	0,25
Irlanda	1	0,25
Polónia	1	0,25

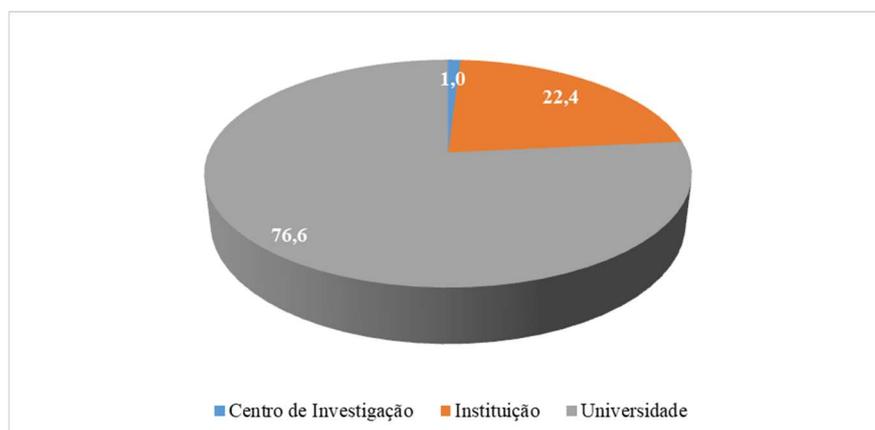
O Perfil da Investigação em Fiscalidade

Suíça	1	0,25
Ásia	23	5,67
China	7	1,72
Japão	5	1,23
Hong Kong	3	0,74
Indonésia	1	0,25
Malásia	1	0,25
Qatar	1	0,25
Tailândia	1	0,25
Turquia	1	0,25
Asia	1	0,25
Coreia	1	0,25
Coreia do Sul	1	0,25
América	239	58,9
EUA	237	58,4
Colômbia	2	0,49
Oceânia	57	14
Austrália	47	11,6
Nova Zelândia	10	2,46
África	7	1,72
África do Sul	7	1,72
Total Geral	406	100

4.2.5. Afiliação por entidade

Através da análise da afiliação por entidade, verificou-se que na globalidade os investigadores, associados aos artigos pesquisados, estavam afiliados a universidade (76,6%) e instituições (22,4%). Esta tendência está de acordo com os resultados obtidos no estudo de Reis, Dias e Machado (2017).

Figura 10-Entidade de afiliação dos investigadores nos anos de 2015 e 2016.



O Perfil da Investigação em Fiscalidade

A análise efetuada, por ano estudado, denota a mesma tendência em 2015 e 2016, ou seja, os investigadores estavam afiliados na maioria a universidades e instituições. Estas instituições surgem como instituições públicas e com fins governamentais e/ou privadas.

Em 2016, face a 2015, o n.º de investigadores afiliados a universidades (0,6%) e instituições (6,8%) denotou um incremento. Já nos centros de investigação o número de investigadores afiliados diminuiu em 66,7%, em igual período.

Tabela N.º 10 – Distribuição dos investigadores afiliados por entidade e por ano (n,%).

Entidade	2015		2016		Taxa de Variação 2015-2016
	n	(%)	n	(%)	(%)
Universidade	155	76,7	156	76,5	0,6
Instituição	44	21,8	47	23,0	6,8
Centro de Investigação	3	1,49	1	0,5	-66,7
Total geral	274	136	204	100,0	0,6

4.2.6. Afiliação por entidade e tema

Nos anos de 2015 e 2016, através da análise da afiliação por entidade e tema, verificou-se que na globalidade os investigadores, associados aos artigos pesquisados, que estavam afiliados a universidade e instituições analisaram na maioria os temas *Taxation* e *Public Finance*. Note-se que nas instituições o 3.º tema mais analisado é *Corporate Tax* (n= 12) e na Universidade é *Tax Evasion/Avoidance* (n=32).

Tabela N.º 11 – Distribuição dos investigadores afiliados por entidade e tema de 2015 e 2016 (n,%).

Tema	Centro de Investigação	Instituição	Universidade	Total Geral	
				n	(%)
Taxation	1	49	126	176	43,3
Public Finance	0	20	33	53	13,1
Corporate TAX	2	12	30	44	10,8
Tax Evasion/Avoidance	1	5	32	38	9,4
Tax Incentive	0	1	31	32	7,9
Tax Compliance	0	2	28	30	7,4
Tax Competition	0	2	23	25	6,2
BTD	0	0	8	8	2,0
Total Geral	4	91	311	406	100,0

4.2.7. Afiliação por entidade e método de recolha de dados

Nos anos de 2015 e 2016, através da análise da afiliação por entidade e métodos de recolha de dados, verificou-se que na globalidade os investigadores, associados aos artigos pesquisados, que estavam afiliados a universidade e instituições utilizaram na maioria bases de dados e pesquisas.

Tabela N.º 12 – Distribuição dos investigadores afiliados por entidade e método de recolha de dados nos anos de 2015 e 2016 (n,%).

Métodos de Recolha de Dados	Centro de Investigação	Instituição	Universidade	Total Geral	
				n	(%)
Base de Dados	1	51	136	188	46,3
Pesquisas	2	24	72	98	24,1
Revisão de Literatura	0	12	44	56	13,8
Entrevistas e Questionários	0	2	41	43	10,6
Estudo de Caso	1	2	18	21	5,2
Total Geral	4	91	311	406	100,0

5. CONCLUSÃO

Presentemente a elevada complexidade nos ambientes de negócio e na legislação tributária, a própria sobrecarga de informações e as expectativas de respostas rápidas e precisas em tempo útil tornam onerosa a realização de pesquisas em fiscalidade.

Nesta investigação foi definido como objetivo geral o perfil da investigação em fiscalidade, tendo como base os artigos que foram publicados nos anos de 2015 e 2016 nas revistas mais prestigiadas nesta área.

Foi feita uma seleção das revistas mais valorizadas e foram definidos dois objetivos um deles foi a análise dos artigos publicados e o outro a caracterização dos investigadores.

Face ao primeiro objetivo, no que concerne às temáticas mais investigadas, foi possível verificar que a *Taxation* foi a mais abordada, seguida da *Corporate Tax*. Por outro lado, a *BTD* foi a menos pesquisada nos dois anos em estudo. Observou-se que a *Public Finance* registou o maior aumento entre 2015 e 2016. Pelo contrário, apesar de ser das áreas mais pesquisadas, foi a *Taxation* que sofreu a maior redução no período em destaque. Relativamente às metodologias mais utilizadas conclui-se que mais de

metades das publicações optam por utilizar como metodologia de recolha as bases de dados, observando-se ainda uma crescente utilização dos mesmos ao longo dos anos analisados. Este método de recolha de dados tem uma natureza muito operacional na organização, normalização e controle de dados, de tal forma que as informações investigadas podem ser recolhidas de forma rigorosa com vista à obtenção de resultados objetivos. A revisão de literatura foi o método que apresentou o maior acréscimo entre 2015 e 2016.

No que respeita ao segundo objetivo, e depois de terem sido analisadas algumas das características dos investigadores, podemos concluir que relativamente ao tipo de autoria mais utilizado é a coletiva que possui uma maior representação. Por outro lado, verificou-se uma ligeira diminuição entre 2015 e 2016 nas autorias de forma individual. Ainda assim, numa análise mais detalhada ao número de investigadores por artigo, foi verificado que os artigos publicados por dois investigadores apresentam uma maior constância, seguido dos artigos com três investigadores. Através da análise dos países de afiliação, concluímos que maior parte dos investigadores estão afiliados ao continente americano, mais concretamente à América do Norte. Por outro lado, encontramos, com menor percentagem, uma presença de alguns investigadores provenientes do continente Europeu e Asiático. A maioria dos investigadores está afiliada a universidades também da América do Norte, mais concretamente nos Estados Unidos da América. Também foi possível verificar que, apesar de nem todos os investigadores estarem afiliados a uma universidade, estavam afiliados a instituições governamentais e privadas.

Note-se que mesmo nesta era digital, em que a utilização de plataformas digitais e inteligentes é cada vez mais frequente, uma pesquisa fiscal completa e eficiente requer uma abordagem "de retorno à essência", onde o processo passa primeiro por aferir o contexto atual e definir os temas a estudar, em seguida procurar as fontes primárias mais relevantes e aplicá-las aos fatos e, finalmente, conferir os resultados obtidos para verificar a concisão. Assim o investigador ao favorecer uma visão global, com base em apreciações de especialistas, conferindo ao processo de pesquisa o tempo suficiente para considerar o máximo de perspetivas em apreço, concentrando os fatos e observando o

enquadramento genérico, contribuirá para obter a informação fiscal requerida em tempo útil, com precisão e valor.

5.1. Limitações do estudo

No que diz respeito às limitações desta investigação são apresentadas as seguintes limitações. Em primeiro lugar a inexistência de mais revistas indexadas do mesmo género na área da fiscalidade faz com que não seja possível fazer uma maior comparação dos resultados que foram apresentados.

Por outro lado, é verificada uma subjetividade na categorização dos artigos em algumas variáveis recolhidas, mais na variável método de recolha de dados, uma vez que para a elaboração da base de dados, foi executada com recurso à leitura dos artigos e ao preenchimento manual da mesma.

A amostra selecionada para o estudo é uma amostra por conveniência o que pode comprometer a generalização dos resultados obtidos.

5.2. Sugestões para investigações futuras

Tendo em conta o desenvolvido ao longo deste estudo e os resultados apresentados sugerem-se alguns complementos para investigações vindouras tais como:

- Estender o estudo a outras revistas não indexadas, com o objetivo de aferir a existência de outras revistas influentes nesta área;
- Alargar o período de estudo de modo a apreciar a continuidade, quer prospetiva quer retrospectiva, das tendências da pesquisa em fiscalidade;
- Efetuar pesquisas representativas de todos os continentes, sem ser apenas o continente Americano, por forma a determinar os fatores que contribuam para o conhecimento em fiscalidade na globalidade;
- Aplicar outros métodos de análise aos dados recolhidos tais como os analíticos de forma a poder generalizar os resultados obtidos.

6. BIBLIOGRAFIA

Agung Darono and Danny Ardianto. (2016). The use of CAATTs in tax audits—lessons from some international practices. *eJournal of Tax Research*, vol 14, no. 2, pp. 506-526.

Alexander Gelber and Matthew Weinzierl. (2016). Optimal Taxation When Children's Abilities Depend on Parents' Resources. *National Tax Journal*, 69:1, pp. 11-40.

Allison Koester, Steve C. Lim, and Robert L. Vigeland. (2015). The Effect of Tax-Related Material Weakness in Internal Controls on the Market Valuation of Unrecognized Tax Benefits. *The Journal of the American Taxation Association*: Spring 2015, Vol. 37, No. 1, pp. 129-155.

Amy M. Hageman. (2015). The Effects of a Shared Interest and Regret Salience on Tax Evasion. *The Journal of the American Taxation Association*: Fall 2015, Vol. 37, No. 2, pp. 137-140.

Andrew C. Barr and Thomas S. Dee. (2016). Property Taxes and Politicians: Evidence from School Budget Elections. *National Tax Journal*, 69:3, pp. 517-544.

Andrew R. Finley and James Stekelberg. (2016). The Economic Consequences of Tax Service Provider Sanctions: Evidence from KPMG's Deferred Prosecution Agreement. *The Journal of the American Taxation Association*: Spring 2016, Vol. 38, No. 1, pp. 57-78.

Andrew Smailes. (2015). Interest withholding tax reduction: Does absence make the heart grow fonder. *eJournal of Tax Research*, vol. 13, no2, pp. 533-551.

Andrienko, Y., Apps, P. and Rees, R. (2016). Optimal taxation and top incomes. *International Tax Public Finance*, 23: 981.

Anil Kumar and Che-Yuan Liang. (2016). Declining Female Labor Supply Elasticities in the United States and Implications for Tax Policy: Evidence from Panel Data. *National Tax Journal*, 69:3, pp. 481-516.

Arachi, G., Bucci, V. and Casarico, A. (2015). Tax structure and macroeconomic performance. *International Tax Public Finance*, 22: 635.

Arifin Rosid, Chris Evans and Binh Tran-Nam. (2016). Do perceptions of corruption influence personal income taxpayer reporting behavior. Evidence from Indonesia. *eJournal of Tax Research*, vol 14, no. 2, pp. 387-425.

Axel Hilling and Anders Vilhelmsson. (2015). Equal taxation as a basis for classifying financial instruments as debt or equity—a Swedish case study. *eJournal of Tax Research*, vol 13, no. 3, pp. 677-715.

Bauer, A.M., Macnaughton, A. and Sen, A. (2015). Income splitting and anti-avoidance legislation: evidence from the Canadian “kiddie tax”. *International Tax Public Finance*, 22: 909.

Benjamin M. Miller and Kevin J. Mumford. (2015). The Saliency of Complex Tax Changes: Evidence from the Child and Dependent Care Credit Expansion. *National Tax Journal*, 68:3, pp. 477-510.

Bessho, S. and Hayashi, M. (2015). Should the Japanese tax system be more progressive. An evaluation using the simulated SMCs based on the discrete choice model of labor supply. *International Tax Public Finance*, 22: 144.

Binh Tran-Nam and Michael Walpole. (2016). Tax disputes, litigation costs and access to tax justice. *eJournal of Tax Research*. vol 14, no.2, pp. 319-336.

Bird Chonvitharnpan and Phil Lewis. (2016). The net benefit of increasing alcohol taxation in Thailand. *eJournal of Tax Research*, vol 14, no. 1, pp. 148-165.

Block, W. E. 1989. The Justification of Taxation in the Public Finance Literature: An Unorthodox View. *Economia Delle Scelte Pubbliche*, 3.

Blumkin, T., Sadka, E. and Shem-Tov, Y. (2015). International tax competition: zero tax rate at the top re-established. *International Tax Public Finance*, 22: 760.

Boadway, R. and Cuff, K. (2015). Tax treatment of bequests when donor benefits are discounted. Tax structure and macroeconomic performance. *International Tax Public Finance*, 22: 604.

Bogdan Tasnadi and Pol Vermote. (2016). Financial Transaction Taxes in the European Union Thomas Hemmelgarn, Gaëtan Nicodème. *National Tax Journal*, 69:1, pp. 217-240.

Borrego et al. (2015). Tax professionals’ perception of tax system complexity: Some preliminary empirical evidence from Portugal. *eJournal of Tax Research*, vol. 13, no 1, pp. 338-360.

Bradley Heim, Ithai Lurie and Kosali Simon. (2015). "The Impact of the Affordable Care Act Young Adult Provision on Labor Market Outcomes: Evidence from Tax Data.". *Tax Policy and the Economy* 29.

Brant E. Christensen, Adam J. Olson, and Thomas C. Omer. (2015). The Role of Audit Firm Expertise and Knowledge Spillover in Mitigating Earnings Management through the Tax Accounts. *The Journal of the American Taxation Association*: Spring 2015, Vol. 37, No. 1, pp. 3-36.

Bree J. Lang and Jon Sonstelie. (2015). The Parcel Tax as a Source of Local Revenue for California Public Schools. *National Tax Journal*, 68:3, pp. 545-572.

Brian Bratten and David S. Hulse. (2016). Retroactive Tax Legislation, Reported Earnings, and Investors' Responses to Earnings "Surprises": Evidence from R&D Credit Extensions. *The Journal of the American Taxation Association*: Fall 2016, Vol. 38, No. 2, pp. 87-109.

Brian et al. (2016). A Comparison of U.S. and Offshore Indian Tax Professionals' Client Advocacy Attitudes and Client Recommendations. *The Journal of the American Taxation Association*: Fall 2016, Vol. 38, No. 2, pp. 51-66.

Bruhn, M. and Loeprick, J. (2016). Small business tax policy and informality: evidence from Georgia. *International Tax Public Finance*,23: 834.

Caroline Weber. (2016). Does the Earned Income Tax Credit Reduce Saving by Low-Income Households. *National Tax Journal*, 69:1, pp. 41-76.

Cary Christian. (2016). A typology of sales tax noncompliance: Targeting enforcement to diverse intentions. *eJournal of Tax Research*, vol 14, no. 1, pp. 119-147.

Casey B. Mulligan, (2015). "The New Full-Time Employment Taxes." *Tax Policy and the Economy* 29.

Catriona Lavermicocca and Jenny Buchan. (2015). Role of reputational risk in tax decision making by large companies. *eJournal of Tax Research*, vol. 13, no.1, pp.5-50.

Chan, K. C., Seow, G. S., & Tam, K. (2009). Ranking accounting journals using dissertation citation analysis: A research note. *Accounting, Organizations and Society*,34(6): 875-885.

Chang Woon Nam and Christoph Zeiner. (2016). Effects of tax reform on average personal income tax burden and tax progressivity in Germany under the particular consideration of bracket creep. *eJournal of Tax Research*, vol. 14, no. 3, pp.587-600.

Charles W. Swenson. (2015). The Cash Flow and Behavioral Effects of Switching to a Single Sales Factor on State Taxation. *The Journal of the American Taxation Association*: Fall 2015, Vol. 37, No. 2, pp. 75-107.

Chu, H., Cheng, CC. and Lai, YB. (2015). A political economy of tax havens. *International Tax Public Finance*, 22: 956.

Cnossen, S. (2015). Mobilizing VAT revenues in African countries. *International Tax Public Finance*, 22: 1077.

Cooper, et al. (2016). by the National Bureau of Economic Research. All rights reserved. *Tax Policy and the Economy*, 978- 0- 226- 44113- 9/2016/2016-0300\$10.00.

Crivelli, E. and Gupta, S. (2016). Does conditionality in IMF-supported programs promote revenue reform. *International Tax Public Finance*, 23: 550.

Cynthia Blanthorne and Michael L. Roberts (2015). Cognitive Responses to Partitioned Pricing of Consumption Taxes: Consequences for State and Local Tax Revenues. *The Journal of the American Taxation Association*: Spring 2015, Vol. 37, No. 1, pp. 183-204.

Dale et al. (2015). Carbon Taxes and Fiscal Reform in the United States. *National Tax Journal*, 68:1, pp. 121-138.

Daniel H. Cooper, Byron F. Lutz, and Michael G. Palumbo. (2015). The Role of Taxes in Mitigating Income Inequality Across the U.S. States. *National Tax Journal*, 68:4, pp. 943-974.

Danielle H. Green and George A. Plesko. (2016). The Relation Between Book and Taxable Income Since the Introduction of the Schedule M-3. *National Tax Journal*, 69:4, pp. 763-784.

Daniels, J.P., O'Brien, P. and von der Ruhr, M.B. (2015). Bilateral tax treaties and US foreign direct investment financing modes. *International Tax Public Finance*, 22: 999.

David A. Weisbach. (2015). The Use of Neutralities in International Tax Policy. *National Tax Journal*, 68:3, pp. 635-652.

David Procházka and Jan Molin. (2016). Book-tax conformity: The review of recent research and its implication for the IFRS adoption in Europe. *eJournal of Tax Research*, vol. 14, no. 1, pp. 96-118.

David R. Agrawal, William F. Fox, and Joel Slemrod. (2015). Competition and Subnational Governments: Tax Competition, Competition in Urban Areas, and Education Competition. *National Tax Journal*, 68:3S, pp. 701-734.

Derek Johnston and Lisa Kutcher. (2016). Do Stock-Based Compensation Deferred Tax Assets Provide Incremental Information about Future Tax Payments. *The Journal of the American Taxation Association*: Spring 2016, Vol. 38, No. 1, pp. 79-102.

Devereux, M. P., & Fuest, C. 2009. Is the corporation tax an effective automatic stabilizer. *National Tax Journal*, 429-437.

Devereux, M. P., Griffith, R., & Klemm, A. (2002). Corporate income tax reforms and international tax competition. *Economic policy*, 17(35), 449-495.

Directorate General for Taxation and Customs Union/European Commission e Directorate General for Economic and Financial Affairs/European Commission. (2015). *Tax reforms in EU member states: 2015 Report*, TAXATION PAPERS Taxation and Customs Union WORKING PAPER N. 58,ISSN 1725-7565 (PDF).

Donald Bruce, William F. Fox, and LeAnn Luna. (2015). E-Tailer Sales Tax Nexus and State Tax Policies. *National Tax Journal*, 68:3S, pp. 735-766.

- Donald Bruce, Xiaowen Liu, and Matthew N. Murray. (2015). State Tax Policy and Entrepreneurship. *National Tax Journal*, 68:3S, pp. 803-838.
- Donna et al. (2016). Are More Choices Better. An Experimental Investigation of the Effects of Multiple Tax Incentives. *The Journal of the American Taxation Association*: Fall 2016, Vol. 38, No. 2, pp. 111-128.
- Duncan Bentley. (2016). Taxpayer rights in Australia twenty years after the introduction of the Taxpayers' Charter. *eJournal of Tax Research*, vol 14, no. 2, pp. 291-318.
- Duncan, D. & Sabirianova Peter, K. (2016). Unequal inequalities: do progressive taxes reduce income inequality. *International Tax Public Finance*, 23: 762.
- Durán-Cabré, J.M., Esteller-Moré, A. and Salvadori, L. (2015). Empirical evidence on horizontal competition in tax enforcement. *International Tax Public Finance*, 22: 834.
- Egger, P. and Raff, H. (2015). Tax rate and tax base competition for foreign direct investment. *International Tax Public Finance*, 22: 777.
- Elisabeth Gugl and George R. Zodrow. (2015). Competition in Business Taxes and Public Services: Are Production-Based Taxes Superior to Capital Taxes. *National Tax Journal*, 68:3S, pp. 767-802.
- Eric Toder and Alan D. Viard. (2016). Replacing Corporate Tax Revenues with a Mark-to-Market Tax on Shareholder Income. *National Tax Journal*, 69:3, pp. 701-732.
- Erin Henry, Norman Massel, and Erin Towery. (2016). Increased Tax Disclosures and Corporate Tax Avoidance. *National Tax Journal*, 69:4, pp. 809-830.
- Etro,, F. 2016. Research in economics and public finance. *Research in Economics* 70
- Evadne Bronkhorst and Elze Leask. (2016). Business process management as a tax risk identification and management method. *eJournal of Tax Research*, vol. 14, no. 3, pp 567-586.
- Evers, L., Miller, H. and Spengel, C. (2015). Intellectual property box regimes: effective tax rates and tax policy considerations. *International Tax Public Finance*, 22: 502.
- Evers, L., Miller, H. and Spengel, C. (2015). Intellectual property box regimes: effective tax rates and tax policy considerations. *International Tax Public Finance*, 22: 502.
- Fabio B. Gaertner, Stacie K. Laplante, and Daniel P. Lynch. (2016). Trends in the Sources of Permanent and Temporary Book-Tax Differences During the Schedule M-3 Era. *National Tax Journal*, 69:4, pp. 785-808.
- Freixo, M. (2009). *Metodologia científica* - Fundamentos Métodos e Técnicas.
- Gabszewicz, J., Tarola, O. and Zanaj, S. (2016). Migration, wages and income taxes. *International Tax Public Finance*, 23: 434.

Galera, F., Álvarez, J. and Rodríguez-Tejedo. (2016). Examples of unit tax superiority for a price-discriminating monopolista. *International Tax Public Finance*, 23: 158.

George B. Bulman and Caroline M. Hoxby. (2015). "The Returns to the Federal Tax Credits for Higher Education," *Tax Policy and the Economy* 29.

George et al. (2015). Tax compliance behaviour in Australian selfmanaged superannuation funds. *eJournal of Tax Research*. vol 13, no. 3, pp. 740-759.

Gerald Auten, David Splinter, and Susan Nelson. (2016). Reactions of High-Income Taxpayers to Major Tax Legislation. *National Tax Journal*, 69:4, pp. 935-964.

Gerald Carlino, Robert P. Inman. (2016). By the National Bureau of Economic Research. All rights reserved. *Tax Policy and the Economy*, 978-0-226-44113-9/2016/2016-0100\$10.00.

Glenn Hubbard. (2015). Taking Capital's Gains: Capital's Ideas and Tax Policy in the Twenty-First Century. *National Tax Journal*, 68:2, pp. 409-424.

Godwin Dubel and Daniela Casale. (2016). The implementation of informal sector taxation: Evidence from selected African countries. *eJournal of Tax Research*. vol. 14, no. 3, pp. 601-623.

Goerke, L. (2015). Income tax buyouts and income tax evasion. *International Tax Public Finance*, 22: 120

Grantley Taylor, Ying Han Fan and Yan Yan Tan. (2015). Employee views of corporate tax aggressiveness in China: The effects of guanxi and audit Independence. *eJournal of Tax Research*, vol. 13, no. 3, pp. 716-739.

Gu, G.W., de Mooij, R. and Poghosyan, T. (2015). Taxation and leverage in international banking. *International Tax Public Finance*, 22: 177.

Hanlon, M., & Heitzman, S. 2009. A Review of Tax Research. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2): 127-178.

Hanlon, M., Krishnan, G. V., & Mills, L. F. 2012. Audit fees and book-tax differences. *Journal of the American Taxation Association*, 34(1): 55-86.

Harry Grubert and Rosanne Altshuler. (2016). Shifting the Burden of Taxation from the Corporate to the Personal Level and Getting the Corporate Tax Rate Down to 15 Percent. *National Tax Journal*, 69:3, pp. 643-676.

Helen Hodgson and Prafula Pearce. (2015). TravelSmart or travel tax breaks: is the fringe benefits tax a barrier to active commuting in Australia. *eJournal of Tax Research*, vol 13, no. 3, pp. 819-839.

Herrnstadt, E., Parry, I.W.H. and Siikamäki, J. (2015). Do alcohol taxes in Europe and the US rightly correct for externalities. *International Tax Public Finance*, 22: 73.

Herron, T. L., & Hall, T. W. (2004). Faculty perceptions of journals: Quality and publishing feasibility. *Journal of Accounting Education*, 22(3): 175–210.

Hines, J. 1999. Lessons from behavioral responses to international taxation. *National Tax Journal*, 52: 305-322.

Hughlene A. Burton and Stewart Karlinsky. (2016). Tax professionals perception of large and mid-size business US tax law complexit. *eJournal of Tax Research*, vol 14, no. 1, pp. 61-95,

Ithai Z. Lurie and Janet McCubbin. (2016). What Can Tax Data Tell Us About the Uninsured. Evidence From 2014. *National Tax Journal*, 69:4, pp. 883-904.

Jacobs, B. and Yang, H. (2016). Second-best income taxation and education policy with endogenous human capital and borrowing constraints. *International Tax Public Finance*, 23: 234.

James Alm and J. Sebastian Leguizamon. (2015). Whither the Marriage Tax. *National Tax Journal*, 68:2, pp. 251-280.

James Pearce. (2015). Measuring Aggregate Business Income with Tax Data. *National Tax Journal*, 68:4, pp. 1025-1046.

James, S., & Alley, C. (2002). Tax compliance, self-assessment and tax administration.

Jan Thomas, Martini, Rainer, Niemann, DirkSimons. (2016). Tax-induced distortions of effort and compensation in a principal-agent setting. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, Volume 27, Pages 26-39.

Jane Frecknall-Hughes and Peter Moizer. (2015). Assessing the quality of services provided by UK tax practitioners. *eJournal of Tax Research*, vol. 13, no 1, pp. 51-75.

Janet A. Meade and Shihong Li. (2015). Strategic Corporate Tax Lobbying. *The Journal of the American Taxation Association*: Fall 2015, Vol. 37, No. 2, pp. 23-48.

Jason L. Saving and Alan D. Viard. (2015). Are Income Taxes Destined to Rise. Fiscal Imbalance and Future Tax Policy in the United States. *National Tax Journal*, 68:2, pp. 235-250.

Jeff Larrimore, Richard V. Burkhauser, and Philip Armour. (2015). Accounting for Income Changes Over the Great Recession Relative to Previous Recessions: The Impact of Taxes and Transfers. *National Tax Journal*, 68:2, pp. 281-318.

Jeffrey L. Hoopes, Jacob R. Thornock, and Braden M. Williams. (2016). Does Use Tax Evasion Provide a Competitive Advantage to E-Tailers. *National Tax Journal*, 69:1, pp. 133-168.

Jennifer L. Brown, Katharine Drake, and Laura Wellman. (2015). The Benefits of a Relational Approach to Corporate Political Activity: Evidence from Political

Contributions to Tax Policymakers. *The Journal of the American Taxation Association*: Spring 2015, Vol. 37, No. 1, pp. 69-102.

Jennifer L. Brown. (2016). Discussion of CEO Narcissism and Corporate Tax Sheltering. *The Journal of the American Taxation Association*: Spring 2016, Vol. 38, No. 1, pp. 23-27.

Jeremy G. Moulton, Alexandra Graddy-Reed, and Lauren Lanahan. (2016). Beyond the Eitc: The Effect of Reducing the Earned Income Tax Credit on Labor Force Participation. *National Tax Journal*, 69:2, pp. 261-284.

Jim Nunns and Steve Rosenthal. (2016). Financial Transaction Taxes in Theory and Practice Leonard E. Burman, William G. Gale, Sarah Gault, Bryan Kim,, *National Tax Journal*, 69:1, pp. 171-216.

Joel Slemrod. (2016). Caveats to the Research Use of Tax-Return Administrative Data. *National Tax Journal*, 69:4, pp. 1003-1020.

John Bevacqua. (2015). A chilling account: North American and Australasian approaches to fears of overdefensive responses to taxpayer claims against tax officials. *eJournal of Tax Research*, vol. 13, no.1, pp. 262-279.

John L. Abernathy, Thomas R. Kubick, and Adi Masli. (2016). General Counsel Prominence and Corporate Tax Policy. *The Journal of the American Taxation Association*: Spring 2016, Vol. 38, No. 1, pp. 39-56.

Joshua J. Miller and Silda Nikaj. (2016). The Response of Delinquent Taxpayers to More Aggressive Collection. *National Tax Journal*, 69:1, pp. 77-102.

K. HungChana, Agnes W.Y.Loa, Phyllis L.L.Mob. (2015). An empirical analysis of the changes in tax audit focus on international transfer pricing. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*. Volume 24, Pages 94-104.

Kari Joseph Olsen and James Stekelberg. (2016). CEO Narcissism and Corporate Tax Sheltering. *The Journal of the American Taxation Association*: Spring 2016, Vol. 38, No. 1, pp. 1-22.

Kathrin et al. (2015). The internal costs of VAT compliance: Evidence from Australia and the United Kingdom and suggestions for mitigation. *eJournal of Tax Research*. vol. 13, no.1, pp. 158-182.

Kawano, L. and Slemrod, J. (2016). How do corporate tax bases change when corporate tax rates change. With implications for the tax rate elasticity of corporate tax revenues. *International Tax Public Finance*, 23: 401.

Kempf, H. and Rota-Graziosi, G. (2015). Further analysis on leadership in tax competition: the role of capital ownership-a comment. *International Tax Public Finance*, 22: 1028.

- Ken Devos and Marcus Zackrisson. (2015). Tax compliance and the public disclosure of tax information: An Australia/Norway comparison. *eJournal of Tax Research*, vol. 13, no.1, pp. 108-129.
- Kevin B. Moore, Sarah J. Pack, and John Sabelhaus. (2016). Taxing Income of Top Wealth Holders. *National Tax Journal*, 69:4, pp. 965-980.
- Kimberly A. Clausing. (2016). The Effect of Profit Shifting on the Corporate Tax Base in the United States and Beyond. *National Tax Journal*, 69:4, pp. 905-934.
- Kimberly G. Key and Teresa A. Lightner. (2015). The Relation between Business Property Values and Local Property Taxes. *The Journal of the American Taxation Association*: Spring 2015, Vol. 37, No. 1, pp. 103-128.
- Klemm, M. A. 2009. Causes, benefits, and risks of business tax incentives (No. 9-21). International Monetary Fund.
- Lamb M. & Lymer A. 1999: Taxation research in an accounting context: future prospects and interdisciplinary perspectives, *European Accounting Review*, 8(4): 749-776.
- Lefebvre et al. (2015). Tax evasion and social information: an experiment in Belgium, France, and the Netherlands. *International Tax Public Finance*, 22: 401
- Lehmann et al. (2016). Beyond the labour income tax wedge: the unemployment-reducing effect of tax progressivity. *International Tax Public Finance*, 23: 454.
- Liu, C. and Ma, G. (2016). Taxation without representation: local fiscal response to intergovernmental transfers in China. Small business tax policy and informality: evidence from Georgia. *International Tax Public Finance*, 23: 854.
- Liu, Y. (2016). Do government preferences matter for tax competition. *International Tax Public Finance*, 23: 343
- Louis Kaplow. (2015). Myopia and the Effects of Social Security and Capital Taxation on Labor Supply. *National Tax Journal*, 68:1, pp. 7-32.
- Lowensohn, S., & Samelson, D. P. (2006). An examination of faculty perceptions of academic journal quality within five specialized areas of accounting research. *Issues in Accounting Education*, 21(3): 219–239.
- Luke Watson. (2015). Corporate Social Responsibility, Tax Avoidance, and Earnings Performance. *The Journal of the American Taxation Association*: Fall 2015, Vol. 37, No. 2, pp. 1-21.
- Lukka, K.; Kasanen, E. (1996). Is accounting a global or a local discipline. Evidence from major research journals. *Accounting, Organizations and Society*, 21(7): 755-773.
- Machado M. Ribeiro J. (2016). *Wseas transactios on business and economics*

Maggie R. Jones and Amy B. O'Hara. (2016). Do Doubled-Up Families Minimize Household-Level Tax Burden. *National Tax Journal*, 69:3, pp. 613-640.

Mahmoud M Abdellatifl and Binh Tran-Nam. (2016). Tax policy challenges in an era of political transition: The case of Egypt. *eJournal of Tax Research*. vol. 14, no. 3, pp. 683-706.

Maja Klun and Ana Sambuk. (2015). Tax experts opinion on the tax system in Slovenia. *eJournal of Tax Research*. vol 13, no. 3, pp. 784-798.

Margot Howard, Katherine A. Pancak, and Douglas A. Shackelford. (2016). Taxes, Investors, and Managers: Exploring the Taxation of Foreign Investors in U.S. REITs. *The Journal of the American Taxation Association*: Fall 2016, Vol. 38, No. 2, pp. 1-19.

Marina Bornman and E M (Lilla) Stack. (2015). Specific rewards for tax compliance: Responses of small business owners in Ekurhuleni, South Africa. *eJournal of Tax Research*. vol 13, no. 3, pp. 799-818.

Mark Jackson. (2015). Book-Tax Differences and Future Earnings Changes. *The Journal of the American Taxation Association*: Fall 2015, Vol. 37, No. 2, pp. 49-73.

Martin Feldstein. (2015). "Raising Revenue by Limiting Tax Expenditures," *Tax Policy and the Economy* 29.

Matthew et al. (2016). Did Pennsylvania's Statewide School Finance Reform Increase Education Spending or Provide Tax Relief. *National Tax Journal*, 69:3, pp. 545-582.

Maydew, E. 2001. Empirical tax research in accounting: A discussion. *Journal of Accounting and Economics*, 31: 389-403.

McLure, C.E., Mintz, J. and Zodrow, G.R. (2015). US Supreme Court unanimously chooses substance over form in foreign tax credit case: implications of the PPL decision for the creditability of cash-flow taxes. *International Tax Public Finance*, 22: 887.

Melinda Jone. (2015). Evaluating Australia's tax dispute resolution system: A dispute systems design perspective. *eJournal of Tax Research*, vol. 13, no2, pp. 552-58.

Michael A. Mayberry, Connie D. Weaver, and Jaron H. Wilde. (2015). Risk Consequences of Tax-Motivated Choice of Organizational Form in the Banking Industry. *National Tax Journal*, 68:4, pp. 999-1024.

Michael A. Mayberry, Sean T. McGuire, and Thomas C. Omer. (2015). Smoothness and the Value Relevance of Taxable Income. *The Journal of the American Taxation Association*: Fall 2015, Vol. 37, No. 2, pp. 141-167.

Michael D'Ascenzo AO. (2015). Modernising the Australian Taxation Office: Vision, people, systems and values. *eJournal of Tax Research*. vol. 13, no.1, pp.

- Michael J. Graetz and Alvin C. Warren, Jr. (2016). Integration of Corporate and Shareholder Taxes. *National Tax Journal*, 69:3, pp. 677-700.
- Michael P. Donohoe, Petro Lisowsky, and Michael A. Mayberry. (2015). Who Benefits from the Tax Advantages of Organizational Form Choice. *National Tax Journal*, 68:4, pp. 975-998.
- Michael P. Donohoe. (2015). Financial Derivatives in Corporate Tax Avoidance: A Conceptual Perspective. *The Journal of the American Taxation Association*: Spring 2015, Vol. 37, No. 1, pp. 37-68.
- Michelle Lyon Drumbl. (2016). Beyond polemics: Poverty, taxes, and noncompliance. *eJournal of Tax Research*. vol 14, no.2, pp. 253-290.
- Minjo Kang. (2016). A psychological perspective on tax avoidance: Deferential avoidance vs. defiant avoidance. *eJournal of Tax Research*, vol 14, no. 1, pp. 235-246.
- Nahida Faridy, Brett Freudenberg, Tapan Sarker and Richard Copp. (2016). The hidden compliance cost of VAT: An exploration of psychological and corruption costs of VAT in a developing country. *eJournal of Tax Research*, vol 14, no. 1, pp. 166-205.
- Najeeb Memon and Christian Lorenz. (2016). Does selecting a taxpayer for audit violate civil rights—a critical analysis of the Pakistani High Court’s decision, *eJournal of Tax Research*, vol. 14, no. 3, pp. 766-785.
- Natalie Silver, Myles McGregor-Lowndes and Julie-Anne Tarr. (2016). Delineating the fiscal borders of Australia’s non-profit tax concessions. *eJournal of Tax Research*, vol. 14, no. 3, pp. 741-765.
- Nathan Seegert. (2015). The Performance of State Tax Portfolios During and After the Great Recession. *National Tax Journal*, 68:4, pp. 901-918.
- Nicole Wilson-Rogers and Professor Dale Pinto. (2015). Reconceptualising Australia’s transfer pricing rules: An approach based on adopting economic presence as a basis for taxation. *eJournal of Tax Research*, vol. 13, no2, pp. 406-437.
- Parra-Polania, J.A. and Vargas, C.O. (2015). Optimal tax on capital inflows discriminated by debt-risk profile. *International Tax Public Finance*, 22: 102.
- Persson, L. (2016). Government consumption smoothing in a balanced budget regime. *International Tax Public Finance*, 23: 289
- Peter et al. (2015). Information sharing by government agencies: The effect on the integrity of the tax system. *eJournal of Tax Research*, vol. 13, no.1, pp. 183-201.
- Prichard, W. 2016. Reassessing Tax and Development Research: A New Dataset, New Findings, and Lessons for Research. *World Development*, 80: 48-60.

Ranjana Gupta. (2015). Relational impact of tax practitioners' behavioural interaction and service satisfaction: Evidence from New Zealand. *eJournal of Tax Research*, vol. 13, No.1, pp. 76-107.

Ranjana Gupta. (2016). Filling the land tax void: New Zealand standpoint. *eJournal of Tax Research*, vol. 14, no. 3, pp. 719-740.

Reagan A. Baughman and Noelia Duchovny. (2016). State Earned Income Tax Credits and the Production of Child Health: Insurance Coverage, Utilization, and Health Status. *National Tax Journal*, 69:1, pp. 103-132.

Recep Yücedoğru and John Hasseldine. (2016). Understanding tax morale of SMEs: A qualitative study. *eJournal of Tax Research*, vol. 14, no. 3, pp. 531-566.

Reis, A., Dias, P., & Machado, M. (2017). A caracterização da investigação em fiscalidade. *Revista Iberoamericana de Contabilidad de Gestión*, (29), 1-15.

Richard Highfield and Neil Warren. (2015). Does the Australian Higher Education Loan Program (HELP) undermine personal income tax integrity. *eJournal of Tax Research*. vol. 13, no.1, pp. 202-261.

Richard W. England. (2016). Tax Incidence and Rental Housing: A Survey and Critique of Research. *National Tax Journal*, 69:2, pp. 435-460.

Robert B Whit. (2015). Let's talk about tax compliance: Building understanding and relationships through discourse. *eJournal of Tax Research*, vol. 13 no.1, pp. 130-157.

Robert B. Avery, Daniel J. Grodzicki, and Kevin B. Moore. (2015). Death and Taxes: An Evaluation of the Impact of Prospective Policies for Taxing Wealth at the Time of Death. *National Tax Journal*, 68:3, pp. 601-632.

Robert D. Ebel, LeAnn Luna, and Matthew N. Murray. (2016). State General Business Taxation One More Time: Cit, Grt, or Vat. *National Tax Journal*, 69:4, pp. 739-762.

Robert N. Gordon, David Joulfaian, and James M. Poterba. (2016). Choosing Between an Estate Tax and a Basis Carryover Regime: Evidence From 2010. *National Tax Journal*, 69:4, pp. 981-1002.

Robertson et al. (2015). The Initial Incidence of a Carbon Tax Across Income Groups. *National Tax Journal*, 68:1, pp. 195-214.

Rodney Fisher. (2015). Judicial dissent in taxation cases: The incidence of dissent and factors contributing to dissent. *eJournal of Tax Research*, vol. 13, no2, pp. 470-491.

Rosen, H. S. 2004. Public finance. In *The Encyclopedia of Public Choice* (pp. 252-262).

Roy Clemons and Terry Shevlin. (2016). The Tax Policy Debate: Increasing the Policy Impact of Academic Tax Accounting Research. *The Journal of the American Taxation Association*: Spring 2016, Vol. 38, No. 1, pp. 29-37.

Sanjay Gupta and Daniel P. Lynch. (2016). The Effects of Changes in State Tax Enforcement on Corporate Income Tax Collections. *The Journal of the American Taxation Association*: Spring 2016, Vol. 38, No. 1, pp. 125-143.

Savage, M. (2016). Indirect tax reform and the specification of demand: the case of Ireland. *International Tax Public Finance*, 23: 368.

Scapens, R.W.; Bromwich, M. (2001). Editorial report – Management accounting research: the first decade. *Management Accounting Research*, 12(2): 245-254.

Scapens, R.W.; Bromwich, M. (2010). Editorial report – Management accounting research: 20 years on. *Management Accounting Research*, 21(4): 278-284.

Scharf, K. and Smith, S. (2015). The price elasticity of charitable giving: does the form of tax relief matter. *International Tax Public Finance*, 22: 330.

Schneider, F. G. 2008. Readings in public choice and constitutional political economy. C. K. Rowley (Ed.). New York, NY: Springer.

Scholes, M., Wolfson, M., 1992. Taxes and Business Strategy: a Planning Approach. Prentice-Hall, Inc., Engelwood Cliffs, NJ.

Sean et al. (2016). Do Investors Use Prior Tax Avoidance when Pricing Tax Loss Carryforwards. *The Journal of the American Taxation Association*: Fall 2016, Vol. 38, No. 2, pp. 27-49.

Sebastian Rausch and John Reilly. (2015). Carbon Taxes, Deficits, and Energy Policy Interactions. *National Tax Journal*, 68:1, pp. 157-178.

Severin Borenstein and Lucas W. Davis. (2016). "The Distributional Effects of US Clean Energy Tax Credits," *Tax Policy and the Economy* 30.

Shackelford, D., & Shevlin, T. 2001. Empirical tax research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 31: 321-387.

Simon James and Andrew Maples. (2016). The relationship between principles and policy in tax administration: Lessons from the United Kingdom capital gains tax regime with particular reference to a proposal for a capital gains tax for New Zealand. *eJournal of Tax Research*. vol 14, no. 2, pp. 455-485.

Simon James, Adrian Sawyer and Ian Wallschutzky. (2015). Tax simplification: A review of initiatives in Australia, New Zealand and the United Kingdom. *eJournal of Tax Research*. vol. 13, no.1, pp. 280-302.

Simoné Pycke, Jagdeep Singh-Ladhar and Howard Davey. (2016). Developing a sustainable tax base through a financial transaction tax: An analysis of suitability for the New Zealand environment. *eJournal of Tax Research*.vol. 14, no. 3, pp. 707-718.

Stacie K. Laplante. (2016). Discussion of Taxes, Investors, and Managers: Exploring the Taxation of Foreign Investors in U.S. REITs. *The Journal of the American Taxation Association*: Fall 2016, Vol. 38, No. 2, pp. 21-26.

Sugandha D. Tuladhar, W. David Montgomery, and Noah Kaufman. (2015). Environmental Policy for Fiscal Reform: Can a Carbon Tax Play a Role. *National Tax Journal*, 68:1, pp. 179-194.

Svetlana Pashchenko and Ponpoje Porapakkarm. (2016). Cross-Subsidization in Employer-Based Health Insurance and the Effects of Tax Subsidy Reform. *National Tax Journal*, 69:3, pp. 583-612.

Talpos, I., & Crásneac, A. O. (2010). The Effects of Tax Competition. *Theoretical & Applied Economics*, 17(8)

Tamer Budak, Simon James and Adrian Sawyer. (2016). International experiences of tax simplification and distinguishing between necessary and unnecessary complexity. *eJournal of Tax Research*, vol 14, no. 2, pp 337-358.

Thomas Piketty. (2015). Capital and Wealth Taxation in the 21st Century. *National Tax Journal*, 68:2, pp. 449-458.

Tim Dowd, Robert McClelland, and Athiphat Muthitacharoen. (2015). New Evidence on the Tax Elasticity of Capital Gains. *National Tax Journal*, 68:3, pp. 511-544.

Timothy Brand, Alistair Hodson and Adrian Sawyer. (2015). South East Asian tax administration issues in the drive to attract foreign direct investment: Is a regional tax authority the way forward. *eJournal of Tax Research*, vol 13, no. 2, pp. 438-469.

Todd L. Ely and Thad D. Calabrese. (2016). Leveling the Playing Field: The Taxpayer Relief Act of 1997 and Tax-Exempt Borrowing by Nonprofit Colleges and Universities. *National Tax Journal*, 69:2, pp. 387-412.

Todd L. Ely and Thad D. Calabrese. (2016). Leveling the Playing Field: The Taxpayer Relief Act of 1997 and Tax-Exempt Borrowing by Nonprofit Colleges and Universities. *National Tax Journal*, 69:2, pp. 387-412.

Toni Chardon, Brett Freudenberg and Mark Brimble. (2016). Are Australians under or over confident when it comes to tax literacy, and why does it matter, *eJournal of Tax Research*. vol. 14, no. 3, pp. 650-682.

Tsai, PH. (2016). Fiscal incentives and political budget cycles in China. *International Tax Public Finance*, 23: 1030.

Ufier, A. (2016). The effect of VATs on government balance sheets. *International Tax Public Finance*.

Van Oudheusden, P. (2016). Fiscal policy reforms and dynamic Laffer effects. *International Tax Public Finance*, 23: 490

Wallace E. Oates and William A. Fischel. (2016). Are Local Property Taxes Regressive, Progressive, or What. *National Tax Journal*, 69:2, pp. 415-434.

Warwick et al. (2015). Carbon Taxes and U.S. Fiscal Reform. *National Tax Journal*, 68:1, pp. 139-156.

William Douglas Brink and Richard A. White. (2015). The Effects of a Shared Interest and Regret Salience on Tax Evasion. *The Journal of the American Taxation Association*: Fall 2015, Vol. 37, No. 2, pp. 109-135.

William F. Fox and Zhou Yang. (2016). Destination Taxation: Road to Economic Success. *National Tax Journal*, 69:2, pp. 285-314.

William G. Gale, Aaron Krupkin, and Kim Rueben. (2015). The Relationship Between Taxes and Growth at the State Level: New Evidence. *National Tax Journal*, 68:4, pp. 919-942.

William M. Doerner and Keith R. Ihlanfeldt. (2015). The Role of Representative Agents in the Property Tax Appeals Process. *National Tax Journal*, 68:1, pp. 59-92.

Zakir Akhand. (2015). How compliant are the large corporate taxpayers. The Bangladesh experience. *eJournal of Tax Research*, vol. 13, no2, pp. 581-615.